

Revista de Conjuntura

ANO XVII • Nº 62 • Maio/Dezembro 2018
Janeiro/Agosto 2019

Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal

ARTIGOS

**Cenário Econômico Brasileiro:
lenta retomada e risco
de recessão para 2019-2020**

*José Luís Oreiro
Kalinka Martins da Silva*

**Highlights sobre a concentração
bancária no Brasil**

Newton Marques

Qual a agenda da “Nação Brasileira”?

Eloy Corazza

**Perspectivas para o comércio
brasileiro de serviços**

*Luis Guilherme Afho Batista
Mariel Gouvêa Gruppy*

As ilusões monetárias

Fritz Barros

**Estado e Empresas: uma
experiência de Aliança Espúria**

Valdir Melo

**Dinâmica fiscal e a fixação
de teto para a Dívida Pública Brasileira**

Getúlio Pernambuco

**Business Analytics:
Instrumento de melhoria do processo
de auditoria em entidade
de previdência complementar?**

*Francisco Paulo do Nascimento
Kamila Magalhães de Rezende*

**A retomada do crescimento
econômico brasileiro**

José Luiz Pagnussat

**Book review
A compendium of Italian
economists at oxbridge:
contributions to the evolution
of economic thinking**

Joanílio Rodolpho Teixeira

**XXV Prêmio Corecon-DF de Monografias
em Economia – 2018**



MERCOSUL E UE ACORDO HISTÓRICO



MERCOSUL

QUER PUBLICAR SEU ARTIGO?

Escreva para a nossa
próxima edição!

Os artigos deverão versar sobre o tema “**Conjuntura Econômica**” e terem tamanho mínimo de 7.600 caracteres (com espaço).

Os artigos recebidos são avaliados pelo Conselho Editorial da Revista, entretanto, as opiniões expressas no texto são de inteira responsabilidade do autor.

Para mais informações e envio dos artigos: revista@corecondf.org.br.



Índice

Revista de
Conjuntura

Publicação do Conselho Regional de
Economia do Distrito Federal

ANO XVII • Nº 62 • Maio/Dezembro 2018
Janeiro/Agosto 2019

Nesta edição

- Cenário Econômico Brasileiro:
lenta retomada e risco
de recessão para 2019-2020** **04**
José Luis Oreiro
Kalinka Martins da Silva
- Highlights sobre a concentração
bancária no Brasil** **07**
Newton Marques
- Qual a agenda da “Nação Brasileira”?** **09**
Eloy Corazza
- Perspectivas para o comércio
brasileiro de serviços** **12**
Luis Guilherme Afho Batista
Mariel Gouvêa Gruppi
- As ilusões monetárias** **16**
Fritz Barros
- Estado e Empresas: uma
experiência de Aliança Espúria** **18**
Valdir Melo
- Dinâmica Fiscal e a fixação
de teto para a Dívida Pública Brasileira** **23**
Getúlio Pernambuco
- Business Analytics:
Instrumento de melhoria do processo
de auditoria em entidade
de previdência complementar?** **32**
Francisco Paulo do Nascimento
Kamila Magalhães de Rezende
- A retomada do crescimento
econômico brasileiro** **36**
José Luiz Pagnussat

- Book review** **43**
**A compendium of Italian
economists at oxbridge:
contributions to the evolution
of economic thinking**
Joanílio Rodolpho Teixeira

- XXV Prêmio Corecon-DF
de Monografias em Economia – 2018** **45**

As opiniões expressas nos artigos e entrevistas são de
responsabilidade exclusiva de seus autores e entrevistados e não
refletem necessariamente a do Corecon/DF.

Editor Responsável

José Luiz Pagnussat

Conselho Editorial

Carlos Eduardo de Freitas
José Fernando Cosentino Tavares
José Roberto Novaes de Almeida
Júlio Miragaya
Felipe Ohana
Eloy Corazza

Equipe CORECON/DF

Gerente Executivo

Daniel dos Passos Soares

Assessores

Angeilton Francisco Lima Faleiro
Marianne Dias Pereira

Fiscal da Profissão de Economista

Angeilton Francisco Lima Faleiro
Elisângela Cavalcante Resende Fonseca

Profissionais de Apoio ao Economista

Ísis de Oliveira Rodrigues
Jamildo Cezário Gomes
Michele Cantuária Soares
Wallace Santos Pires

Diagramação: MCO ArtDirect

Tiragem: On-line

Periodicidade: Quadrimestral

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição da entidade. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 11ª REGIÃO - DF 2019

Presidente

Cesar Augusto Moreira Bergo

Vice-Presidente

Eloy Corazza

Conselheiros Efetivos

Bento de Matos Felix
Cesar Augusto Moreira Bergo
Ronalde Silva Lins
Gilson Duarte Ferreira dos Santos
Maria Cristina de Araujo
Luciana Acioly da Silva
Eloy Corazza
Jucemar Jose Imperatori
Carlos Eduardo de Freitas
Guidborgogne Carneiro Nunes da Silva
Homero Gustavo Reginaldo Lima
Jose Eustaquio Moreira de Carvalho

Conselheiros Suplentes

Clovis Roberto Scherer
Maria Alzira Duarte
Monica Beraldo Fabricio da Silva
Elder Linton Alves de Araujo
Flauzino Antunes Neto
Tulio Eufrazio Marques Junior
Newton Marques Ferreira da Silva
Luiz Antonio Gouveia de Oliveira
Felipe Neiva Mundim
Pedro Garrido da Costa Lima

Delegado Eleitor-Efetivo

Maria Cristina de Araújo

Delegado Eleitor-Suplente

Eloy Corazza

Setor Comercial Sul, Quadra 1,
Ed. Antonio Venancio da Silva, Salas 301/306
CEP: 70.395-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3223-1429
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br
Horário de funcionamento: das 8h às 18h (sem intervalo)

Editorial

A economia brasileira continua estagnada. O país ainda não alcançou níveis de crescimento para sair da maior recessão econômica da sua história, com forte queda do Produto Interno Bruto em 2015 e 2016 e estagnação nos anos seguintes (crescimento de 1% ao ano em 2017 e 2018).

Ao longo desse período sucessivos gatilhos foram apresentados para a retomada do crescimento, como reformas econômicas, a serem aprovadas no Congresso Nacional, ou mudanças no campo político. Entretanto, as sucessivas propostas de gatilho fracassaram.

No auge da crise de 2015 e 2016, o diagnóstico era que o governo Dilma não tinha credibilidade e nem projeto e estava comprometido com os esquemas de corrupção investigados pela Lava Jato. O impeachment da presidenta Dilma e a posse de um novo governo (Temer) seria o gatilho que restauraria a confiança dos agentes econômicos, a retomada dos investimentos e do crescimento econômico. Fez-se o impeachment, o governo Temer assumiu, e não aconteceu a retomada do crescimento, apesar de pequena melhora nos indicadores de confiança dos empresários e consumidores.

O novo gatilho para a retomada do crescimento passou a ser a PEC do Teto dos Gastos. A expectativa do governo Temer era que com o teto de gastos como norma constitucional seria restaurada a confiança do setor produtivo e a retomada do crescimento. O diagnóstico era que o desequilíbrio fiscal e a aceleração do crescimento da dívida pública inibia o setor produtivo. Os empresários não voltariam a investir num cenário de expectativas de aumentos dos impostos para cobrir os rombos fiscais. O teto foi aprovado e a economia continuou estagnada.

Nova esperança veio com a eleição de um novo governo, ungido pelas urnas, com credibilidade restauraria a confiança e a retomada da economia. O presidente Bolsonaro foi eleito, os indicadores de confiança melhoraram fortemente, mas após a posse voltaram a cair e a economia continua estagnada.

O novo gatilho alardeado para a retomada do crescimento é a Reforma da Previdência, mas que certamente terá pouco impacto no crescimento do PIB. É fato que o problema da previdência é levantado pela maioria dos Economistas, com olhares diferenciados, mas que levam à necessidade de uma reforma. É claro, para alguns não essa reforma. A reforma da previdência é importante, assim como a reforma tributária, a reforma do Estado no sentido da desburocratização e melhoria do ambiente de negócios, a reforma do sistema financeiro, entre outras reformas já alardeadas pelas autoridades econômicas nos últimos anos.

A questão é que as reformas são necessárias mas não são suficientes para destravar a Economia. A economia não vai se acelerar sem medidas fortes de ativação da demanda.

A demanda interna está travada nas suas três componentes (C+I+G): o consumo das famílias (C) é impactado pelo elevado desemprego e o pessimismo dos consumidores; os investimentos (I) estão em níveis historicamente baixos e não têm espaço para retomada, dada a elevada capacidade ociosa da indústria e as altas taxas de juros para o setor produtivo; a demanda do governo (G) vai continuar em retração com o crônico desequilíbrio fiscal e o viés privatizante do novo governo.

A política monetária e de crédito é o principal instrumento para reativação da demanda interna, já que do lado fiscal não há espaço para aumentos dos gastos do governo. Para alguns economista há espaço para uma forte redução da taxa de juros e ampliação do crédito, com afrouxamento monetários (quantitative easing) como ocorreu na maioria dos países para ativar a demanda interna e sair da crise econômica de 2008.

De outro lado, a demanda externa (X-M) tem um cenário de risco elevado com a guerra comercial entre os EUA e China e o aumento do protecionismo mundial, além de uma redução do crescimento global. Neste caso, o acordo entre o Mercosul e a União Europeia foi um fato novo e importante para o crescimento das exportações brasileiras, em especial do agronegócio, apesar do cenário de que será lenta a ratificação do acordo pelos países e há forte tendência de utilização de salvaguardas e de medidas protecionistas disfarçadas, como as relacionadas com a questão ambiental e trabalhista, além do uso abusivo do "princípio de precaução", relacionados com questões fitossanitárias e práticas de cultivo, como no caso do glifosato, um dos principais defensivos utilizados na produção de grãos, já anunciado pelo governo da Áustria.

A expectativa é que o Acordo Mercosul-UE impacta positivamente, dada as vantagens competitivas das maiorias dos setores da economia brasileira e do potencial de recuperação desse mercado a participação europeia nas exportações brasileiras caiu 12 pontos percentuais nos últimos 20 anos, passando de 29,6% em 1999, para 17,6% em 2018. A busca de novos mercados externos com acordos bilaterais e multilaterais é uma alternativa para o crescimento da demanda externa, mas não deve ser descartada uma intervenção no câmbio, com forte desvalorização cambial, apesar do impacto inflacionário de tal medida.

Eleições Corecons 2019



corecondf.org.br

SCS, Quadra 1, Edifício Antônio Venâncio da Silva,
Salas 301/306. - Asa Sul - Brasília-DF.

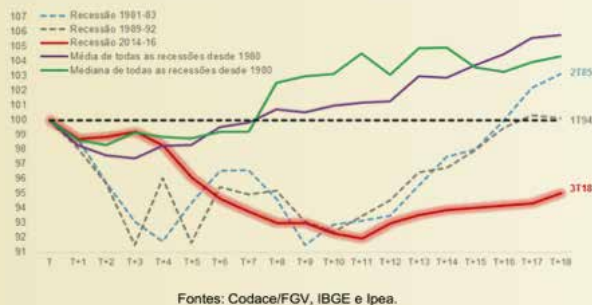


Cenário Econômico Brasileiro: lenta retomada e risco de recessão para 2019-2020

José Luis Oreiro
Kalinka Martins da Silva

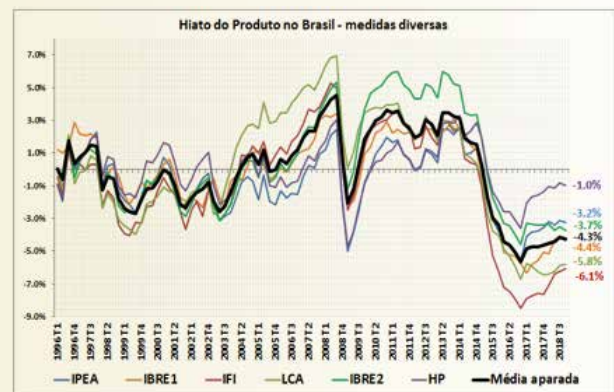
O Banco Central do Brasil divulgou no último dia 15 de maio a variação do IBC-Br referente ao mês de março de 2019. O indicador apresentou uma queda de 0,28% em março na comparação com fevereiro do corrente ano. No primeiro trimestre de 2019, a queda foi de 0,68% na comparação com o último trimestre de 2018. Tudo indica, portanto, que o PIB do primeiro trimestre irá apresentar uma contração na comparação com o último trimestre de 2018, interrompendo assim a mais lenta trajetória de recuperação do nível de atividade econômica entre todos os períodos recessivos desde 1981 (Ver gráfico 1).

Gráfico 1: Padrão de evolução do PIB brasileiro dessazonalizado em recessões
Pico imediatamente anterior ao início da recessão = T = 100.



A lenta recuperação do nível de atividade econômica desde o fim da recessão do período 2014-2016 tem como contrapartida a manutenção de um nível persistentemente alto de capacidade ociosa. Com efeito, conforme podemos observar na figura 2 abaixo, elaborada pelo economista Ricardo Barboza do grupo de conjuntura econômica do IE-UFRJ, a média aparada obtida a partir de 6 metodologias diferentes para o cálculo do produto potencial mostram que a economia brasileira se encontra 4,3% abaixo do produto potencial, o que significa um desperdício de recursos da ordem de aproximadamente R\$ 315 bilhões. Se a economia brasileira estivesse hoje (maio de 2019) operando ao nível do produto potencial, a receita tributária do setor público consolidado teria um acréscimo mais de R\$ 90 bilhões com relação a previsão para o ano de 2019, o que representa 64% do déficit primário estimado (R\$ 139 Bilhões) pelo Ministério da Economia para o corrente ano.

Gráfico 2: Estimativas do Hiato do Produto



Autor: Ricardo Barboza, membro do grupo de conjuntura econômica do IE/UFRJ.

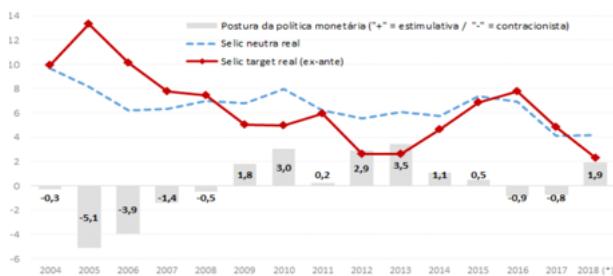
Esses números confirmam o que vários analistas econômicos não infectados pelo “otimismo irracional” do mercado financeiro com o projeto liberal Bolsonaro-Guedes já vinham alertando a muito tempo: a economia brasileira está sofrendo de um problema crônico de insuficiência de demanda efetiva, a qual impede que as empresas se sintam estimuladas a aumentar a produção, contratar novos trabalhadores e reiniciar seus projetos de investimento. Nesse sentido, não é de se estranhar que, segundo pesquisa divulgada recentemente pelo BTG Pactual sobre os principais obstáculos a realização de investimentos, o item “fraqueza da demanda” seja citado por 47% dos entrevistados como o principal ou o segundo principal entrave a realização dos investimentos (Ver gráfico 3).

Gráfico 3: Principais Obstáculos ao Investimento



Existem diversos fatores que explicam o porque da demanda efetiva ter se mostrado cronicamente insuficiente nos últimos anos para permitir a eliminação completa do hiato do produto; mas um fator particularmente importante consiste no fato de que a política monetária brasileira tem se mostrado insuficientemente estimulativa, como apontado recentemente por Borges e Borça (2019a, 2019b). Embora o Banco Central do Brasil tenha realizado um processo de redução significativa da taxa Selic, tanto em termos nominais como em termos reais desde o final do segundo semestre de 2016, o valor neutro da taxa Selic – ou seja, o valor da taxa Selic que é compatível com uma inflação estável – também se reduziu ao longo desse período (ver figura 4) em função do efeito que o aumento do desemprego tem sobre as famílias que continuam empregadas durante a recessão, levando-as a reduzir seus gastos de consumo por razões puramente precaucionais (ver Vines e Wills, 2018). Dessa forma, a redução da taxa neutra de juros ocorreu concomitantemente ao processo de flexibilização monetária por parte do Banco Central do Brasil, reduzindo assim a amplitude do estímulo monetário dado para a economia brasileira.

Gráfico 4: Selic real ex-ante vs Selic neutra
(var. % a.a., média anual)



Fontes: BCB e estimativas de Bráulio Borges (LCA Consultores e IBRE/FGV) obtidas a partir da estimação de uma curva IS para a economia brasileira.

A equipe econômica do governo, contudo, insiste no discurso que a redução do ímpeto de crescimento deve-se às incertezas ainda existentes sobre a aprovação da reforma da previdência. Na ata da última reunião do COPOM, divulgada no dia 14 de maio de 2019, a diretoria do BCB afirma que o avanço das reformas fiscais teria um efeito expansionista sobre a economia, pois reduziria a incerteza, levando assim os empresários a investir.

Essa posição se baseia no que podemos denominar de “mito da contração fiscal expansionista”, ou seja, a ideia de que quando o governo faz um ajuste fiscal significativo, isso gera um aumento da confiança dos agentes econômicos que se expressa em queda dos prêmios de risco, redução da taxa de juros de longo-prazo e apreciação da taxa de câmbio. A melhoria do índice de condições financeiras levaria os empresá-

rios a aumentar seus investimentos e as famílias a aumentar os gastos de consumo com bens duráveis. O aumento do investimento e do consumo privado seria mais do que suficiente para compensar a queda do gasto público de forma a produzir um aumento líquido da demanda agregada e, dessa, forma, uma expansão do nível de produção e de emprego.

Esse resultado é, contudo, uma *petição de princípio*; nunca tendo a sua validade demonstrada tanto a nível teórico como a nível empírico.

No que se refere a esse assunto, a figura 5 abaixo mostra o comportamento do investimento líquido do governo geral (investimento bruto menos a depreciação do estoque de capital) como proporção do PIB desde 2010. Deve-se observar que, entre 2014 e 2015, ocorreu redução de 0,78% do PIB do investimento líquido do governo geral, justamente no momento em que a economia brasileira entra numa das piores recessões de sua história. A literatura brasileira sobre multiplicadores fiscais (Pires, 2017) mostra que o efeito multiplicador dos investimentos públicos é da ordem de 1.7 o que significa que apenas a contração do investimento público foi responsável por uma queda de aproximadamente 1,3% do PIB no ano de 2015, ou seja, quase 1/3 da queda do nível de atividade registrado naquele ano. Entre 2015 e 2017 o investimento líquido do governo geral apresentou uma queda de 0,68% do PIB, contribuindo assim de forma decisiva para a lenta recuperação da economia brasileira após o término oficial da grande recessão em 2016.

Gráfico 5 – Investimentos Líquidos do Governo Geral.



Aqueles que, como nós, não acreditam na “fada da confiança” por absoluta falta de evidência empírica a respeito da mesma; observam que o governo está tomando medidas que irão reduzir ainda mais o nível de demanda da economia. No lado da política fiscal, o ministério da economia anunciou em meados de abril um contingenciamento de R\$ 30 bilhões nas

despesas discricionárias do governo; o qual, se confirmado, representará um *choque fiscal negativo* para a economia no segundo semestre de 2019. Do lado da política monetária, o COPOM vem sinalizando a manutenção da taxa Selic em 6,5% a.a, mesmo no caso em que a Reforma da Previdência venha a ser aprovada, em função dos supostos efeitos expansionistas que tal reforma teria sobre a demanda do setor privado.

Não é mais possível ou desejável esperar pela aprovação da Reforma da Previdência para então dar o estímulo monetário adicional que a economia brasileira precisa desesperadamente para não cair novamente em recessão. Usando uma metáfora adaptada da medicina, a economia Brasileira é como um paciente que está sofrendo de bradicardia (ritmo cardíaco insuficiente), enquanto a equipe médica responsável pelo mesmo deseja realizar uma cirurgia bariátrica para resolver um problema de obesidade mórbida. Está claro que a obesidade mórbida é um risco para a vida do paciente no médio e longo-prazo e que, portanto, a cirurgia bariátrica é o tratamento adequado. Contudo, se a cirurgia for feita sem haver sido resolvido o quadro de bradicardia – o que exige, provavelmente, a implantação de um marca-passo – o risco é o paciente morrer na sala de cirurgia.

Sem estímulos adicionais de demanda pelo lado monetário e fiscal é bem provável que o PIB do segundo trimestre também apresente contração. Se assim for, o Brasil terá entrado numa recessão técnica.

O Banco Central do Brasil precisa assumir sua responsabilidade com o presente da economia brasileira e reiniciar imediatamente o processo de redução da taxa básica de juros. Se não o fizer poderá ser tarde demais para salvar ... 2020.

Referências

Borges, B; Borça Jr, G.(2019a). “O quão estimulativa é a política monetária brasileira”. Blog do IBRE, 03 de janeiro.

Borges, B; Borça Jr, G.(2019b). “Deve o BC reduzir a Selic? Sim, e não estará desrespeitando o sistema de metas”. Blog do IBRE, 14 de fevereiro.

Pires, M. (2017). Política Fiscal e Ciclos Econômicos: teoria e experiência recente. Elsevier: Rio de Janeiro

Vines, D; Wills, S. (2018). “The Financial System and the Natural Real Interest Rate: towards a ‘new benchmark model’”. Oxford Review of Economic Policy, Vol. 34, n.1, pp.252-268.

José Luis Oreiro
joreiro@unb.br

José Luis Oreiro - Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Pesquisador nível IB do CNPq e Pesquisador Associado do Centro de Estudos do Novo-Desenvolvimentismo da FGV-SP.



Kalinka Martins da Silva
kalainkamartins@yahoo.com.br

Professora do Instituto Federal de Goiás, Campus Inhumas.



13 de Agosto



DIA DO ECONOMISTA

Parabéns a todos esses profissionais que estimulam o desenvolvimento.

ARTIGO

Highlights sobre a concentração bancária no Brasil

Newton Marques

A concentração bancária caracteriza-se por poucos bancos deterem grande parte dos ativos financeiros. Em consequência, constitui-se como um poder de mercado determinando fortemente as taxas de juros das operações ativas, bem como ditando aonde será feita a alocação dos recursos financeiros. Aqueles que atacam a tese da concentração bancária alegam que se constituem em práticas de cartel prejudicando fortemente a eficiência econômica. Por outro lado, aqueles que defendem a tese da concentração bancária alegam que é a busca das economias de escala, onde os custos fixos reduzem-se relativamente ao total dos custos e que trazem benefício para as economias, o que não tem sido observado na prática brasileira. Também se alega que facilita a mitigação do risco sistêmico, auxiliando a política macroeconômica, o que sempre tem sido discutível entre os economistas, mesmo com seleção adversa e o moral hazard presente no sistema financeiro.

Muitos estudiosos da concentração bancária brasileira têm evidenciado que essa prática nociva influencia fortemente os elevados spreads bancários, que é o diferencial entre as taxas médias de captação e de aplicação dos bancos.

Somente à guisa de ilustração, estudei a concentração bancária nos anos 70, 80 e 90, bem como estudei também a automação bancária no Brasil, e todos os ganhos auferidos pelos bancos nesses períodos, não foram repassados aos agentes econômicos por meio de redução dos spreads bancários, mesmo com os benefícios auferidos pelo sistema bancário em detrimento dos demais setores econômicos ao longo dos últimos 30 anos.

Utilizando dados estatísticos do Banco Central do Brasil (set/17), verificamos o seguinte panorama sobre o *market share* dos maiores bancos brasileiros considerando alguns itens como os ativos totais, carteira de empréstimos, captação de recursos, patrimônio líquido e lucro líquido.

Instituições Financeiras*	Ativo total	Cart crédito	Captações	Patr Liq	Lucro liq
Banco do Brasil	21,79%	28,27%	22,48%	15,35%	11,74%
Caixa Econôm Federal	20,32%	33,81%	22,13%	5,67%	9,06%
Banco Bradesco	17,65%	4,34%	13,86%	1,76%	0,05%
Itaú Unibanco+holding	19,97%	10,36%	19,00%	35,57%	48,39%
Banco Santander	11,00%	9,13%	10,47%	12,34%	7,62%
Banco Safra	2,02%	1,68%	2,20%	1,87%	2,04%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: <https://www3.bcb.gov.br/efddata/>; set/17 (últimos dados).

Ao incluirmos a Caixa e BB, as seis maiores instituições em ativos totais detêm 93% do total dos ativos. Ao retirarmos os bancos do governo, os quatro maiores bancos detêm 51% dos ativos totais. O que mostra que quatro instituições entre 155, representando 2,6% do total detêm mais da metade dos ativos. O que também pode ser feito com as demais rubricas vistas acima.

Alguns estudos alegam que existe elevado grau de concentração bancária em outros países, como os quatro maiores bancos nos EUA detêm mais de 40% do total; os cinco maiores no México detêm mais de 65% do total, e; no Chile é mais de 60% do total. Enfim, se formos utilizar outros comparativos internacionais nada mudaria. Entretanto, nesses países os níveis de spreads bancários não são tão elevados como no Brasil, além de outras peculiaridades como financiamento da dívida pública bem como a existência de compartimentalização das taxas de juros de operações seletivas e subsidiadas ou direcionamento do crédito a taxas favorecidas.

Alguns pesquisadores admitem que a concentração bancária pode ser convidada desde que seja acompanhada por alguns índices, tais como índices de Herfindahl-Hirschman (HHI), Hall-Tideman (HTI); de entropia de Theil (T); razões de concentração (CRK); índice de Concentração Industrial Compreensível (CCI); índice de Hause (Hm) e o índice de Hannah e Kay (HKI).

O índice Herfindahl (também conhecido como índice IHH, ou Herfindahl-Hirschman, ou HHI) é uma medida da dimensão das empresas relativamente à sua indústria e um indicador do grau de concorrência entre elas. E como tal pode ser utilizado para a indústria bancária. Define-se como a soma dos quadrados das quotas de mercado das

empresas que compõem o ramo de atividade. O resultado é proporcional à quota de mercado média (**average market share**), ponderada pela quota de mercado. Assim, pode variar de 0 a 1,0, indo desde um número enorme de pequenas empresas até um único produtor monopolista. Se, em alternativa, são usadas as percentagens multiplicadas por 100, o índice varia entre 0 e 10,000 “pontos”. Por exemplo, um índice de 0,25 é o mesmo de 2.500 pontos.

Aumentos no índice de Herfindahl, em geral, indicam um decréscimo na concorrência e um aumento do poder de mercado, enquanto que decréscimos indicam o oposto. Quando a concentração de mercado aumenta, a competição e a eficiência econômica diminuem, aumentando as hipóteses de cartel e monopólio. A grande vantagem do índice Herfindahl em relação a outras medidas, como a concentração relativa, é porque se dá um peso maior às empresas maiores. E uma grande desvantagem está relacionada ao número de empresas que deve ser medida (maior de 30 empresas), o que dificulta o seu uso na indústria bancária.

Para os índices HHI e HTI, o valor tende para um no caso de estrutura de mercado de monopólio. Já para o índice de entropia de Theil, uma estrutura de monopólio é indicada pelo valor zero, sendo o índice mais próximo de 1 quanto mais a estrutura se aproxima do caso de concorrência perfeita. Os índices mais utilizados são os de Theil e o de Hirschman-Herfindahl porque apresentam características abrangentes sobre os tamanhos relativos de cada firma e podem ser padronizados de forma a facilitar as conclusões. Porém, o cálculo desses índices pode ser impossível se não se conhece o tamanho de todas as firmas que fazem parte da indústria e, por isso, outros índices parciais, como a razão de concentração industrial, são utilizados.

Sugestões

Como o processo de concentração bancária tem sido observado por longo período no Brasil, desde a criação da Lei 4595 e do Banco Central do Brasil, em 1965, passando por fusões e incorporações promovidas pelos governos, bem como pela própria evolução da economia brasileira e da internacionalização das economias, não é tão fácil reduzir essa concentração, principalmente, porque também a política macroeconômica se beneficia desse processo.

O que se deve atacar é o poder do cartel bancário para determinar taxas de juros e a política financeira do País. Uma das formas é fortalecer e sanear os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa e BNDES) para combater o cartel, apesar que eles também agem como participantes do cartel. Aumentar

a oferta de crédito, em geral, principalmente para o micro e pequeno empresário e famílias de baixa renda (como a bancarização). E a principal medida é fazer como que o Banco Central atue como órgão regulador da concorrência bancária sem que seja comprometida a política monetária e de crédito, e nem deixar de lado a regulamentação prudencial para mitigar o risco sistêmico. Igualmente, é importante aparar as arestas entre a polêmica atuação do Banco Central e do CADE para que juntos possam atuar com sinergia no processo de concentração bancária.

Concomitantemente, é necessário reduzir a cunha fiscal (evitar que os tributos tanto na captação quanto na aplicação dos recursos criem distorção alocativa). Com relação ao elevado spread bancário é admitido que a redução dos custos fixos do setor bancário é fundamental, bem como evitar o chamado moral hazard (risco moral) dos bancos emprestem sem os devidos cuidados da boa prática bancária. Alegar que a elevada inadimplência é que provoca a elevação do spread bancário parece aquela história: “biscoito tostines é fresquinho porque vende bem, ou vende bem porque é fresquinho?”. Enfim, a inadimplência existe porque as taxas de juros de empréstimos são proibitivas e indecentes, e não o contrário!

Enfim, se um governo quiser priorizar o ataque à concentração bancária brasileira com vistas a reduzir o spread bancário, trará ganhos e benefícios à sociedade brasileira.

Newton Marques
newton.marques@uol.com.br

Newton Marques – Economista do CORECON/DF, Mestrado e Doutorado (interrompido) em Economia pela UFPE. Professor do IESB. É especialista em políticas macroeconômicas, sistema financeiro, economia do setor público, finanças, economia para não-economistas, educação financeira, microfinanças e gestão de riscos.



ARTIGO

Qual a Agenda da “Nação Brasileira”?

Eloy Corazza

O Brasil de 2019 é diferente do Brasil de 1964, de 1985, de 1994/95, de 2002/2003 e 2014/18. A população, sua composição e localização, a força de trabalho, os desafios dos jovens e a situação dos idosos.

Há necessidade de que a agenda do país esteja volta-da para desenvolver programas e ações para enfrentar os verdadeiros desafios da sociedade brasileira, ao menos da próxima década, tanto no âmbito nacional quanto global.

O primeiro homem chegou à lua há exatos 50 anos, sendo então desafios dos líderes mundiais, Rússia e EUA, dominar o espaço e ampliar seu domínio terrestre sobre o maior número de países. Princípios, valores e métodos diferentes dos dois sistemas rivais de então, levaram a divisionismo entre países e, em alguns, dentro dos países. A queda do muro de Berlim, há cerca de 30 anos, marcou o retorno a um só mundo, o que alterou profundamente as políticas econômicas e as relações internacionais a partir de então.

Os avanços técnicos passaram a ser mais rapidamente incorporados à sociedade em suas diferentes formas de organização. A derrubada do muro foi seguida pela ocupação gradual e progressiva do mercado potencial mundial pelas empresas. As forças militares foram perdendo espaço, ou ao menos, prioridade nos países.

O Brasil, devido a sua área, localização e população, sempre foi um parceiro a ser buscado ou mantido pelos países líderes mundiais. Nas décadas de 70 e 80 a industrialização foi o principal eixo dessa integração com empresas líderes internacionais.

A agropecuária, de subsistência e extensiva, das décadas de 50 e 60, não tinha tecnologias utilizadas nos países avançados. A gradual incorporação dessas tecnologias se deu por programas que incluíam criação da Embrapa em 1973, destinada à pesquisa e conseqüente organização de sistema de assistência técnica e programa de crédito orientado aos produtores rurais. A implantação de indústria de fertilizantes a partir da segunda metade da década de 70 foi importante para desenvolvimento agropecuário nas regiões do Centro-Oeste, hoje com mais de 60% da produção agropecuária do país.

As crises internacionais do petróleo, 1973 a primeira e 1980 a segunda, exigiram respostas urgentes dos países líderes, o que gerou fortes limitações a serem enfrentadas pelos diversos países. A resposta à segunda elevação dos preços do petróleo dada por Volcker com elevação da taxa de juros, em 1981/82, provocou forte crise financeira nos países, arrastando o México e a seguir o Brasil em decorrência da elevada dívida externa gerada tanto pela necessidade de importação de petróleo (mais de 60% do consumo interno de então) como para manter os investimentos em infra-estrutura.

Os efeitos dessa crise condicionaram a política econômica por mais de uma década, nas áreas fiscal e financeira, alavancando o processo inflacionário. Somente após a quebra da hiper-inflação, com o Real em 1994, passaria o país a conviver com condições mínimas para retornar a um processo de reconstrução do crescimento econômico.

Outro aspecto fundamental é a organização do Estado brasileiro, cujos marcos são a CF de 1967 decorrente da crise institucional de 1964 enfrentada pelo Congresso através de instituição de governo de transição até 1985 e a CF 1988 decorrente do retorno à normalidade.

O período de transição esteve mais voltado para organização de infraestrutura e administração do Estado – sistema tributário, sistema orçamentário-financeiro, Sumoc e Bacen – focando a CF de 1988 nos aspectos político-sociais da sociedade.

A Constituição de 1967 levou a forte crescimento econômico e inserção internacional da cadeia industrial e da área agropecuária, enquanto a Constituição de 1988 visou ampliar e melhorar os serviços públicos e as condições sócio-econômicas da sociedade, efeitos da elevada taxa de crescimento populacional e da forte migração da área rural para a urbana, à busca de atividade na área industrial, comercial e de serviços levando a intensa urbanização.

Os problemas atuais a serem enfrentados são diferentes desses dois momentos e exigem análise mais ampla e para novos vetores fundamentais à organização social e eco-

nômica dos países, devido às mudanças globais: de Países separados e em guerra na década de 60 para um mundo globalizado e interligado por informações on line, avanços tecnológicos e desenvolvimento de mercados globais.

Neste contexto, é fundamental lembrar a crise financeira americana de 2007/2009 seguida daquela ocorrida em países da União Européia (Grécia, Espanha, Portugal, Itália...), que esses países responderam com programa de austeridade fiscal e ajustes sociais, econômicos e fiscais.

Quanto aos BRICs, a resposta da China à crise mundial foi com rápida implementação de investimento da ordem de US\$ 540 bilhões na melhoria da infraestrutura dos seus principais eixos ferro-hidroviários-portuários destinados a melhorar ainda mais sua competitividade internacional.

O Brasil respondeu à crise, com programa de créditos e outras facilidades destinadas a acelerar o consumo interno, elevando de 20% para 60% crédito das famílias, tendo como efeitos, elevação dos custos com mobilidade devido à opção por indústria automobilística como solução da mobilidade urbana, sem qualquer melhoria da infra estrutura.

Enquanto os países ricos cortaram benefícios e a China fez elevado investimento em infraestrutura, elevando assim sua competitividade, o Brasil optou por estimular consumo levando a forte importação inclusive de bens de consumo não duráveis dos demais países, e o conseqüente desestímulo da produção industrial nacional.

Principais efeitos colhidos: redução de produtividade, elevação de custos, perda de competitividade frente ao mercado externo, redução do emprego industrial, e conseqüentes efeitos negativos sobre rendimento médio de trabalho e da arrecadação etc... com os conseqüentes efeitos em cadeia sobre as áreas mais necessitadas.

Como se vê, não há como se propor agenda positiva e proativa sem identificação prévia, análise racional e ampla dos desafios e oportunidades mundiais a serem enfrentados ou aproveitados pelo nosso País nas próximas décadas.

Da mesma forma, a urbanização acelerada decorrente inclusive de estímulos de programas sociais e as mudanças demográficas constituem requisitos prévios fundamentais para projetar as reais necessidades a serem atendidas tanto pelas atuais como em especial pelas futuras gerações (em especial os jovens), devendo estar presentes tais realidades para organização e estruturas públicas em suas 3 esferas e poderes.

Reorganização do Estado.

Hoje a sensação que vai aumentando é de que acabou o Estado; os Governos e Poderes deixaram de se preocupar com o País e passaram a cuidar dos seus interesses, sejam pessoais e partidários, corporativos, sejam de ocupação de Ministérios.

Alguns componentes basilares para a Reorganização do Estado visando assegurar racional utilização dos escassos recursos e viabilizar melhores serviços às reais necessidades da população seriam:

1. **Organização e Membros dos Poderes:** alterar a forma de indicação para ocupação dos cargos (mandatos) de forma a que não haja vinculação personalizada ou de natureza político-ideológica.

2. **Poder Executivo.** Retornar à concepção do Decreto Lei 200 para reorganizar os Ministérios até o máximo do número existente naquele Decreto Lei.

a. Reduzir estrutura de cargos DAS (inclusive os de natureza especial) para até 6 níveis que existiram até 1990 ou até menos níveis. Ocupantes somente poderão ser funcionários, de experiência comprovada com requisito obrigatório: realizar treinamento para exercício de chefia.

Cargos políticos: apenas DAS de assessoramento e não DAS Executivos. Admitido eventual cargo DAS-Executivo, mas sem poder de prática de atos de gestão.

b. Reintegrar "controle interno" à estrutura organizacional dos Ministérios, recompondo governança/compliance setorial.

3. **Quadros e remuneração de Pessoal.** A gestão e a despesa de pessoal devem ser tratadas como a dívida, porque é permanente/longo prazo (prazo médio superior a 50 anos). São indispensáveis, neste sentido:

3.1. Unificar leis e regras para os 3 Poderes incluindo MPF, TCU, Defensoria, etc...

3.2. Instituir plano/orçamento plurianual de pessoal (mínimo de 30 anos) contendo: a projeção do gasto com ativos e inativos (atuarial e financeiro); fixação de parâmetros que sejam requisitos para alteração salarial, (por ex.: nº de funcionários/habitante decrescente; gasto decrescente em relação ao PIB per capita); UNIFICAÇÃO das decisões dos 3 Poderes. Requisitos para aumento salarial: melhoria da eficácia e qualidade segundo avaliação objetiva dos serviços à população. E plano decenal de admissões não superior ao número de aposentadorias projetadas (plano atuarial).

4. **Gestão Pública.** Hoje a LDO é o instrumento anual de negócios dos representantes políticos e dos demais poderes. A LDO instrumentaliza a negociação de curto prazo e do poder político; o foco não é compromisso de Estado com objetivos/resultados de médio/longo prazo (bases das ações dos Serviços Públicos nas 3 esferas).

Ademais, sequer há plano de investimento de longo prazo, voltado a viabilizar soluções às necessidades básicas dos setores produtivos. E, assim, condiciona os Executivos às ações anuais. Resultado: milhares de obras paralisadas, elevadíssimos custos e conseqüentes “gastos adicionais com esses resultados negativos, como causas judiciais, etc....”

5. **Institucionalizar e Reorganizar processos/instrumentos de:**

5.1. Planejamento Estratégico (Longo prazo - mais de 5 anos);

5.2. Orçamento Plurianual de investimentos (OPI, mínimo de 5 anos), decorrente do Plano Estratégico; Orçamento Plurianual de Investimentos, de execução obrigatória, deve incluir Gastos obrigatórios quinquenais (ao menos).

Para o OPI desenvolver modelo a exemplo do “Mifrifri da RFA”, de gestão dos recursos orçamentários para Investimento Público, além das “Metodologias de avaliação para seleção dos Investimentos.

A obrigatoriedade da execução do OPI gerará: decisões políticas visando “bem maior e de longo prazo” vez superarem prazo do cargo político e da gestão; reduzirá custos porque terão prévia avaliação técnico-econômica e terão execução contínua, sem paralisação. Viabilizará investimentos integridades de Estados e Municípios. Reduzirá gastos porque menos onerosas, menos gastos com efeitos negativos dos atrasos etc.

5.3. Orçamento anual de Demais Gastos, respeitado o OPI.

6. **Rever Lei e Metodologia de licitações e contratações.** Estabelecer “modelos padronizados”: simplificar, reduz tempo de contratação; assegurar não paralisações em especial ao investimento; viabilizar redução de pessoal e em especial de tempo dos processos. (A execução orçamentária do ano exige que os serviços sejam contratados antes do exercício ou até janeiro, sem perda de tempo para sua execução).

(Os custos indiretos decorrentes do atraso da execução devido a formalidades processuais aumentam custo e reduzem produtividade, atrasando entrega dos serviços com prejuízos cumulativos ao cidadão).

Eloy Corazza
 corazza.eloy@gmail.com

Economista, vice-presidente do CORECON/DF.



**FIQUE ATENTO!
 NÃO PERCA
 NOSSOS CURSOS.**

Mais informações:
(61) 3223-1429

Acesse:
corecondf.org.br



Perspectivas para o Comércio Brasileiro de Serviços¹

Luis Guilherme Alho Batista, Mariel Gouvêa Gruppi

Introdução

O balanço de pagamentos (BP) de um país é o espelho contábil das transações entre seus residentes e não-residentes em um determinado período de tempo. Os resultados obtidos do BP possibilitam monitorar a magnitude e a direção do fluxo de recursos entre um determinado país e o restante do mundo (FEIJÓ et al., 2003).

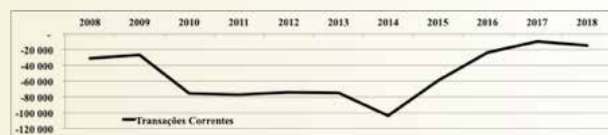
A mensuração do BP de cada país é padronizada conforme as regras dispostas no Manual de Balanço de Pagamentos e Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2009). O BP brasileiro, por sua vez, tem o seu saldo regulado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo responsabilidade do Banco Central do Brasil (BCB) a compilação e publicação dos dados que o compõem (BRASIL, 1964).

Desconsiderando possíveis erros e omissões de mensuração, o BP pode ser dividido em três contas principais: (i) a conta de capital; (ii) a conta financeira; e (iii) a conta corrente. Cada conta do BP é dividida entre receitas e despesas. As receitas são formadas pela soma de gastos de não-residentes no país do BP. Por outro lado, as despesas correspondem aos gastos dos residentes desse país no exterior.

O saldo de uma conta do BP consiste na subtração entre as suas receitas e despesas. Quando uma conta do BP apresenta saldo negativo, tem-se que a soma dos pagamentos vindos do exterior (por não-residentes) foi menor do que a soma dos pagamentos feitos para o exterior (por residentes). De maneira simplificada, no caso brasileiro, as receitas das contas do BP são mensuradas a partir do total de gastos no Brasil por estrangeiros; enquanto as despesas são representadas pelos gastos de brasileiros no exterior.

A conta corrente do BP, à qual é de nosso interesse neste artigo, é formada pelas subcontas, também chamadas de balanços (i) comercial; (ii) de serviços; (iii) de rendas; e (iv) transações unilaterais. Historicamente, a conta corrente brasileira apresenta déficits anuais, conforme disposto no gráfico 1. Esse saldo negativo acompanha a também trajetória de déficits da subconta de serviços do BP nacional, conforme exposto na próxima seção.

Gráfico 1 – Série histórica do saldo da conta corrente do Brasil, em milhões de dólares (2008-2018).t



Fonte: elaboração própria a partir de BCB (2018a, 2019).

Contexto do Balanço de Serviços Brasileiro

Para o balanço de serviços, compreende-se como “serviços” o conjunto das atividades que possam influenciar as condições de consumo ou comercialização de produtos ou ativos financeiros em um país (IMF, 2009). No caso brasileiro, esses serviços são divididos conforme as categorias listadas abaixo, na tabela 1.

Tabela 1 – Categorias, receitas, despesas e saldo da subconta de serviços do BP brasileiro em 2018, em milhões de dólar

Categorias	Receitas		Despesas		Saldo
Aluguel de equipamentos	89,04	0,26%	15.120,83	22,25 %	-15.031,79
Viagens	5.917,07	17,39 %	18.263,08	26,87 %	-12.346,01
Transportes	5.879,66	17,28 %	12.033,87	17,70 %	-6.154,21
Serviços de propriedade intelectual	825,48	2,43%	4.923,83	7,24%	-4.098,36
Telecomunicação, computação e informações	2.495,33	7,33%	4.532,74	6,67%	-2.037,40
Serviços governamentais	798,05	2,35%	2.246,37	3,30%	-1.448,32
Seguros	536,10	1,58%	1.271,74	1,87%	-735,65
Serviços culturais, pessoais e recreativos	346,41	1,02%	810,66	1,19%	-464,25
Demais serviços	425,68	1,25%	255,21	0,38%	170,47
Serviços financeiros	775,22	2,28%	479,48	0,71%	295,75
Outros serviços de negócio, inclusive arquitetura e engenharia	15.934,46	46,84 %	8.035,01	11,82 %	7.899,46
Total	34.022,80	100%	67.972,83	100%	-33.850,42

Fonte: elaboração própria a partir de BCB (2019).

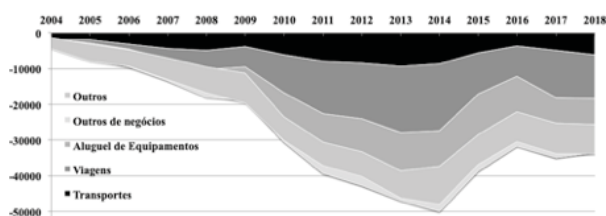
Observa-se que a subconta de serviços brasileira de 2018 foi deficitária, registrando um montante de aproximadamente US\$ -34 bilhões. De maneira simplificada, isso significa que o gasto com serviços por brasileiros no exterior superou o de estrangeiros no Brasil naquele ano. Portanto, podemos dizer que o país foi “importador de serviços” em 2018.

¹ Uma versão preliminar deste estudo está disponível no blog Economia de Serviços sob o título “Cenários e perspectivas para o comércio de serviços no Brasil”: <https://economiasdeservicos.com/2018/11/20/cenario-e-perspectivas-para-o-comercio-de-servicos-no-brasil/>.

Atualmente, o Brasil é um dos maiores deficitários globais no setor de serviços (CNI, 2014; MDIC, 2018). As categorias da subconta que mais contribuíram para esse déficit em 2018 foram as de aluguel de equipamentos, viagens, transportes e serviços de propriedade intelectual.

O histórico do BP brasileiro indica que o déficit da subconta de serviços de 2018 não foi inédito na série de saldos do fluxo comercial desse balanço. Entre 1995 e 2003, o saldo em serviços se manteve em patamares próximos a US\$ -5 bilhões. Nos 10 anos seguintes, registrou-se vertiginoso crescimento do déficit, aproximando-se de saldo de US\$ -50 bilhões em 2014, conforme se observa no gráfico 2.

Gráfico 2 – Série histórica do saldo da subconta de serviços do Brasil, por principais categorias, em milhões de dólares (2004-2018).



Fonte: elaboração própria a partir de BCB (2018a, 2019).

A categoria “aluguel de equipamentos” é uma das que reforça a performance do balanço de serviços brasileiro desde 2008. O déficit nessa categoria é associado à dependência de tecnologias estrangeiras por parte do setor de gás e petróleo brasileiro, que demanda a importação desse capital para operar nacionalmente (CNI, 2014).

O déficit em transportes representou déficit anual próximo a US\$ -5 bilhões nos últimos 15 anos. O saldo dessa categoria é majoritariamente atribuído a três fatores: (i) a baixa inovação tecnológica do serviço de transportes nacional, exigindo a importação de serviços mais próximos da fronteira tecnológica; (ii) a dependência brasileira por capital humano internacional na operação de serviços de transporte; e (iii) por conta de gargalos estruturais e logísticos que impedem que a infraestrutura nacional atenda à demanda interna em sua completude (COSTA, 2015; PRATES & REZENDE, 2015; SILVA & SOUZA, 2015).

Entre 2005 e 2014, a categoria de viagens internacionais registrou o maior aumento na participação sobre o déficit de serviços no Brasil. Cuiabano et al. (2013) estudaram a relevância das variações no câmbio e na renda para explicar o saldo decrescente da categoria “viagens” na subconta de serviços brasileira até 2011.

Conforme os autores, menores taxas de câmbio real (fortalecimento da moeda nacional) tendem a reduzir o saldo da subconta de serviços. Isso porque a valorização do real torna o gasto por brasileiros no exterior relativamente mais barato, o que incentiva a importação de serviços de outros países por parte do residente no Brasil. Ao mesmo tempo, o gasto em moeda estrangeira no Brasil se torna relativamente mais caro, um desincentivo às receitas do balanço de serviços do país.

No que tange a variações na renda, aumentos da produção de um país tendem a incrementar gastos de seus residentes no exterior. Cuiabano et al. (2013) verificaram que a correlação entre acréscimos na renda doméstica e maiores déficits em viagens internacionais apresenta maior sensibilidade do que a de reduções na taxa de câmbio com o saldo dessa subconta. Nesse sentido, espera-se que variações na renda possuam maior relação com mudanças no saldo do balanço de serviços brasileiro do que variações no câmbio; em módulo, a elasticidade-renda da demanda por serviços no Brasil é maior que a elasticidade-preço (câmbio).

Entre 2013 e 2016, a economia brasileira sofreu instabilidades que refletiram negativamente sobre a produção interna e a moeda nacional (recessão e desvalorização do real). Não obstante, o déficit da subconta de serviços do país em 2016 foi aproximadamente um terço menor do que o déficit de 2013, reduzindo-se de patamares próximos a US\$ -50 bilhões para cerca de US\$ -30 bilhões.

Gráfico 3 – Saldo da subconta de serviços, em milhões de US\$, e variação do PIB brasileiros, em percentuais, entre 2009 e 2018.



Fonte: elaboração própria a partir de BCB (2018a, 2019) e IBGE (2018, 2019).

Do gráfico acima, também se verifica que a melhora dos indicadores de produção econômica em 2017 e em 2018, com o aumento do consumo das famílias, foi acompanhada de reversão da trajetória da curva do saldo da subconta de serviços brasileira; com valor mais deficitário em relação ao ano de 2016.

Perspectivas para o Comércio de Serviços

Apesar de historicamente registrar um saldo deficitário, há interesse em melhorar o resultado do balanço de serviços brasileiro para que esse setor agregue valor à renda nacional e se torne mais estável. Nesse sentido, um superávit da subconta de serviços é essencial para reduzir a dependência externa das contas nacionais, blindar o setor de eventuais choques externos (tornando-o mais estável) e que esse setor se torne gerador de renda nacional líquida. Assim, buscar avanços para tornar a oferta de serviços brasileira faz parte da busca por maior competitividade e eficiência da economia nacional (MIRANDA, 2018).

Em setembro de 2017 foi criado o Grupo Técnico de Serviços (GT Serviços). Esse Grupo, alocado na Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), busca promover a competitividade dos serviços brasileiros no exterior com o debate de políticas públicas para atender esse propósito (MDIC, 2018).

Nos últimos meses de 2018, a SE/Camex promoveu consulta pública para avaliação de proposta de Plano de Trabalho 2019/20 do GT Serviços. O plano compila uma série de medidas para desburocratizar o comércio de serviços no Brasil, com maior ênfase em simplificações tributárias a setores com alcance internacional. Essa linha de atuação foi desenhada para reduzir as barreiras à participação brasileira no comércio de serviços, que são, hoje, de caráter essencialmente regulatório (PEREIRA, 2016).

Nesse sentido, segundo a Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil tem espaço para promover maior produtividade na prestação e no comércio de serviços, podendo, para tal, utilizar-se das recentes inovações tecnológicas em informação e em comunicação (OECD, 2017). A melhora do país no ranking do relatório Doing Business 2019, do Banco Mundial, relata que alcançamos melhorias necessárias, mas ainda insuficientes, para destravar o setor (e o comércio) de serviços no país (WB, 2018).

Diante da conjuntura das contas públicas e da reforma administrativa em curso no Poder Executivo, cabe acompanhar se permanecerão a estrutura, as diretrizes e a continuidade dos trabalhos do GT Serviços. No caso de continuidade da política de promoção da competitividade, o maior desafio do Grupo será superar os entraves institucionais que limitam o fluxo comercial de serviços pelo país. Uma atua-

ção coordenada entre a esfera federal, representada pelo GT Serviços da Camex, e as esferas estadual e municipal pode trazer melhores resultados nesse sentido, buscando uma desburocratização do ambiente de negócios.

Entretanto, apesar de ser condição necessária, essa desburocratização logística não é suficiente para que o Brasil se torne um exportador competitivo de serviços no comércio internacional. Para superar a dependência tecnológica do setor de serviços brasileiro, faz-se necessário buscar resultados em Pesquisa e Desenvolvimento visando uma menor dependência tecnológica do país, principalmente no que se refere à produção e comercialização de equipamentos das indústria química e de transporte.

Enquanto isso, segundo as últimas publicações do Relatório de Mercado Focus, espera-se relativa estabilidade das taxas de câmbio e crescimento do PIB, em aproximadamente 2,5% a.a., a partir de 2020 (BCB, 2018b). Como vimos, nessas condições e considerando elevada elasticidade-renda da demanda por serviços no Brasil, a tendência é que a retomada do crescimento amplie o déficit na subconta de serviços brasileira (CNI, 2014). Portanto, tudo o mais constante nos cenários logístico e tecnológico nacionais, uma maior participação do país como importador de serviços é garantida.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL [BCB]. (2018a). Série histórica do Balanço de Pagamentos - 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6). Visualizado em 05 de novembro de 2018. Disponível em https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm6.asp.

_____. (2018b). Focus – Relatório de Mercado. Visualizado em 14 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp>.

_____. (2019). Indicadores Econômicos Consolidados. Visualizado em 08 de maio de 2019. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados>.

BRASIL. (1964). Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA [CNI].

² A proposta de Plano de Trabalho está disponível no sítio eletrônico da Consulta Pública SE/Camex 02/2018: <http://camex.gov.br/noticias-dacamex/2097-consulta-publica-se-camex-n-02-gt-servicos>.

(2014). *Serviços e Competitividade no Brasil*, Brasília: CNI.

COSTA, M. S. (2015). *Formação da Economia Brasileira e Dependência Tecnológica*. 139 fl. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CUIABANO, S. M.; BERTUSSI, G. L.; VASCONCELOS, E. B. X.; MACHADO, D. L. (2013). Saldo da Conta de Viagens Internacionais no Brasil: a Contribuição da Taxa de Câmbio Real Efetiva e da Renda. *Revista Tempo do Mundo*, v. 5, n. 1, pp. 89-108.

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O.; LIMA, F. C. G. C.; BARBOSA FILHO, N. H.; PALIS, R. (2003). *Contabilidade Social: a Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil*, Rio de Janeiro: Elsevier, 3ª edição.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. (2018). PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões. Visualizado em 13 de novembro de 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes>.

_____. (2019) PIB cresce 1,1% em 2018 e fecha ano em R\$ 6,8 trilhões. Visualizado em 08 de maio de 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23886-pib-cresce-1-1-em-2018-e-fecha-ano-em-r-6-8-trilhoes>.

INTERNATIONAL MONETARY FUND [IMF]. (2009). *Balance of Payments and International Investment Position Manual, sixth edition*, Washington, D.C., USA.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS [MDIC]. (2018). *Serviços*. Visualizado em 04 de novembro de 2018. Disponível em <http://www.camex.gov.br/servicos>.

MIRANDA, N. M. V. Agenda para competitividade no setor de serviços. *Blog Economia de Serviços*. Visualizado em 08 de maio de 2019. Disponível em <https://economiaservicos.com/2018/09/27/agenda-para-competitividade-no-setor-de-servicos/>.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT [OECD]. (2017). *OECD Services Trade Restrictiveness Index (STRI): Brazil*. Visualizado em 16 de novembro

de 2018. Disponível em http://www.oecd.org/tad/services-trade/STRI_BRA.pdf.

PEREIRA, L. B. V. (2016). Além das barreiras ao comércio de mercadorias: os serviços. *Conjuntura Econômica*, v. 70, n. 5., pp. 62-65.

PRATES, R. C.; REZENDE, A. A. (2015). Considerações a respeito do Balanço de Pagamentos: uma análise da evolução e dinâmica das contas brasileiras no período de 2000-2014. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 36, n. 128, pp. 65-81.

SILVA, D. J.; SOUZA, I. R. (2015). Estudo do comércio exterior brasileiro de serviços no período de 1990 a 2012. Visualizado em 08 de maio de 2019. Disponível em <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2299/1/Duan%20Jader%20da%20Silva.pdf>.

WORLD BANK GROUP [WB]. (2018). *Doing Business in Brazil*. Visualizado em 16 de novembro de 2018. Disponível em <http://www.doingbusiness.org/en/data/exploreeconomies/brazil>.

Luis Guilherme Alho Batista
lgabatista@gmail.com



Professor de Economia Brasileira na Universidade de Brasília (UnB), mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2019), especialista em Gestão Pública pela AVIM (2015), e bacharel em Ciências Econômicas pela UnB (2014).

Mariel Gouvêa Gruppi
marielgruppi@gmail.com



Professor-tutor na Universidade Positivo, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2018), e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (2016).

ARTIGO

As ilusões monetárias

Fritz Barros

A tesoura tem duas pernas. Qual a mais importante? O mesmo ocorre na Macroeconomia. Ela tem oferta e procura. No Brasil, predomina a da demanda. Qualquer redução na taxa de crescimento do PIB, há quem recomende aumentá-la. Ou seja, afirmam que há perna mais importante – a da demanda. Porém, a recessão brasileira se deu pela outra – a da oferta.

A proposta keynesiana – aumentar a demanda – equivale a reduzir o salário real para estimular o crescimento do produto. Acréscimos de demanda geram aumento de preços. É essa elevação que reduz o salário real e induz os empresários a contratarem mais mão de obra. Assim, aumentam a produção de bens e serviços e reduzem o desemprego. É esse o mecanismo keynesiano. Sobem os preços, mas não os salários. Keynes argumenta que os trabalhadores sofrem, no curto prazo, de ilusão monetária. Nesse período, não pleiteariam reajustes. Por isso, recomenda aumentar a demanda agregada para elevar os preços dos bens produzidos, mantendo fixo os salários. Por isso, criou o termo ilusão monetária. Entretanto, desconhecia o mecanismo da correção monetária.

Ao supor rigidez salarial para baixo, ele conseguiu gerar uma oferta agregada de curto prazo positivamente inclinada, diferente da vertical que encontrara. A longo prazo, dizia, estaremos mortos. Assim, evitou o argumento dos clássicos, sem negá-lo. Segundo esse, havendo desemprego, os salários nominais cairiam e a economia voltaria para o pleno emprego. Entretanto, se houver lei de salário-mínimo, e se for fixado acima do que seria o do pleno emprego – como ocorreu recentemente no Brasil – restaria ao desempregado esperar a elevação dos preços. Sob essa legislação, há impedimento para reduzir vencimentos nominais. Portanto, sobram desempregados. Para esses, a inflação keynesiana é bem-vinda. Porém, Keynes não incorporou a correção monetária, jabuti brasileiro, considerada mais adiante. A proposta keynesiana para reduzir o desemprego, menor salário real pela elevação dos preços, é incompatível com a plena correção monetária. Keynes não a considerou, pois não existia.

Nos custos de produção, destacam-se os salários. E os efetivamente pagos, com todos os encargos, não os recebidos. O menor legal no Brasil cresceu de US\$ 100 para US\$ 250, em curto período. Cresceu mais que o PIB, no mesmo período. O desemprego e o déficit da previdência privada, em sua maior parte, são consequências desses aumentos. Entretanto, a maioria dos economistas aqui afirma que é falta de demanda que gera desemprego e déficit. Desconsidera que aumentos de salários: 1- diminuem a demanda agregada, pois desestimula as exportações e reduzem o estoque real de moeda; 2- deslocam a oferta para a esquerda, pelo aumento dos custos. Aumentos salariais geram recessão e desemprego. Pelo lado da oferta e da demanda. São coerentes. Retraem ambas.

Somos ingênuos. No Brasil, a formação do salário é distorcida. Ele é fixado em termos mensais. Por exemplo, fevereiro tem 28 dias e março, 31. No entanto, os salários nesses meses são iguais. Ao menos em um mês, eles não correspondem ao valor produzido; Também temos o 13º e o salário de férias. Dissociamos o salário pago do valor produzido. Outros países, para relacioná-los à produção corrente, fixam-no por hora. Lá, dizem, férias não são remuneradas. Aqui também não. Reduzimos os salários dos meses de efetiva produção para pagá-los nos de produção nula. Resulta que as férias e o 13º são pagos pelos empregados ao longo do ano. Afinal, aqui como lá, apenas a produção do empregado é remunerada.

Somos ingênuos. Confundimos incidência tributária com recolhimento de imposto. A ingenuidade aparece no debate sobre a previdência. Trabalhadores, políticos e empresários acreditam que há parte do empregado e outra do empregador; Não há. Esses acréscimos são recolhidos pelo empregador, mas pagos pelo empregado. São custos dos trabalhadores, independentemente de quem os recolhe. É ingênuo supor que os empregados não arcam com eles. Os empresários simplesmente reduzem os salários que os trabalhadores receberiam na ausência deles. É tolo achar que a previdência, se capitalizada, terá que ter a participação do empresário será

sempre, independente de lei, do assalariado. Afinal, ele será o beneficiado.

O fundo de garantia por tempo de serviço incide sobre salário e é renda do trabalhador. É também poupança, compulsória e mal remunerada. Não há argumento que justifique diferir pagamento de recebimento e confiscar implicitamente a remuneração. O confisco seria explícito se o mesmo fosse incorporado ao salário e tributado por se converterem em renda corrente. A apropriação das perdas do trabalhador pelo tributo iria para o governo, não para particulares. E seriam bem menores.

O direito adquirido sobre o índice de preços passado – a correção monetária – retarda o ajuste do sistema econômico no sentido do pleno emprego. Há muitas ilusões com esse instituto, pois números-índices têm sempre componentes de arbitrariedade. Há várias medidas de inflação, uma para cada índice. A reposição salarial pelo valor integral de arbitrário índice de preços desconsidera choques de oferta e taxa de desemprego.

Quanto aos choques, há dois casos a destacar: os adversos da oferta e os do efeito substituição. O primeiro empobrece a todos. Um clima seco reduz a produção agropecuária. Assim, nesses bens, estamos mais pobres. Para refletir a escassez, os preços sobem. Devido à correção monetária, os salários e aluguéis sobem também. O choque propaga-se. Os trabalhadores ganham mais quando a produção diminui! Os proprietários de imóveis, também. Por isso, choques de ofertas adversos não deveriam ser incorporados à correção monetária dos salários e aluguéis. Acontece que é difícil medi-los. Por isso, o cálculo dos índices de preços não os expurgam. No segundo, quando ocorre em bem específico, como praga em lavoura de chuchu, os índices também incorporam o aumento do preço que sofreu dano. No entanto, o consumidor consegue substituí-lo, sem perda do bem-estar. Por isso, não haveria motivo para aumento das rendas. Mesmo assim, trabalhadores e proprietários de imóveis exigem a variação plena. Os índices não incorporam o efeito substituição.

Quanto ao desemprego, para reduzi-lo, o ideal seria extinguir a correção monetária. O Plano Real apenas transformou numa pequena gravidez. Nenhum plano econômico conseguiu dissociá-la da moeda. Ela continua a distorcer os preços correntes. Adotá-la, é como dirigir olhando para o retrovisor. Se ela fosse uma boa

ideia, seria exportada para outras moedas como marco e dólar. Isso não ocorreu. O nosso Banco Central nos deve uma moeda sem indexação. Na impossibilidade de extingui-la, considerando os choques citados e a taxa de desemprego, é possível propor fórmula que atenua a propagação dos reajustes de preços. Basta atribuir pesos à inflação passada e ao desemprego corrente, assim:

$$\text{Correção Monetária} = \alpha \cdot \text{variação do índice de preços} + (1 - \alpha) \cdot (\text{taxa de pleno emprego} - \text{taxa de desemprego})$$

{ α está entre zero e um}

Quanto menor α , menor seria o efeito da inflação passada nos salários correntes. Ele, o α , seria fixado anualmente, por critérios de política econômica. Quanto menor, ou seja, menor peso para a inflação passada, menor será a taxa de desemprego futura. É ilusão pensar que ela diminuirá sem redução dos salários reais. O poder judiciário teria que entender e aceitar reajustes menores que as variações captadas pelos índices de preços. As partes acordam e o acordado prevalece. Não pode haver direito adquirido à inflação passada. Repassá-la para os salários implica usar menos mão de obra, ou seja, gerar desemprego. E este está se tornando perigoso.

Como são os salários pagos que interessam para os custos das empresas, reduzir encargos sobre eles aumentaria o uso de mão de obra e os rendimentos recebidos pelos trabalhadores. Isso é efetivo, não é sonho. Deve constar da reforma tributária. Porém, a correção monetária continuará atuando contra. Aguardemos que nosso Banco Central nos forneça uma moeda sem indexação. Talvez, se transformado em independente, exija-se, como pré-requisito, o fim dela. Ou quando da criação da moeda comum, no Mercosul, ela desapareça. Enquanto isso, devemos atenuar os reajustes causados pelo passado, conforme visto acima. Se não houver queda dos salários reais pagos, que incluem os encargos, o país estará abaixo do potencial produtivo, ou seja, em recessão. Xô, Geni.

Fritz Barros
 barrosfritz@gmail.com

Economista do CORECON/DF, mestre em Economia pela FGV/RJ. Membro do Grupo de Conjuntura. Foi professor de Economia da UDF.



ARTÍCULO

Estado e Empresas: Uma Experiência de Aliança Espúria

Valdir Melo

Este relato, breve e simplificado, é de experiência tida pelos Estados Unidos — país escolhido porque é rico em pesquisas francas e abertas sobre a própria sociedade. Vai dos anos 1860 aos anos 1960 e diz respeito ao governo federal (primeiras décadas do período), alguns estados e muitas cidades (entre elas, Nova Iorque, San Francisco, St. Louis, Chicago, Kansas City, Boston, Philadelphia, Baltimore, New Haven, Pittsburgh e Nova Orleans). Abarca épocas e lugares onde a reforma em prol do serviço público por mérito não tinha ocorrido ou onde cobria somente parcelas do serviço.

Inicialmente, após cada eleição, o partido que assumia o poder demitia parcela extensa dos servidores existentes e admitia pessoas indicadas pelo partido, sobretudo as que tinham prestado bons serviços nas campanhas eleitorais. Isto se chamava o 'sistema dos frutos da vitória' (*spoils system*). Mesmo entre eleições, muitos servidores eram substituídos de vez em quando, em consequência de trocas de ocupantes dos cargos mais altos (por causa de rearranjos nas alianças políticas das cúpulas governamentais).

Em uma etapa seguinte, políticos individuais de um partido no poder, e não mais o partido, passaram a controlar ou ter a posse dos cargos e empregos em certos órgãos públicos (ou em alguns departamentos destes). Eram os 'maiorais' ou 'caciques políticos' (*political bosses*). Eles indicavam ocupantes dos cargos como recurso essencial para ganhar eleição e manter poder. Isto se chamava o 'sistema de apadrinhamento' (*patronage*), porque assumia emprego ou cargo público quem tivesse 'padrinho' para lhe conseguir um — com o requisito de 'ser grato' ao cacique benfeitor.

Os ocupantes tinham o dever de atender às solicitações de quem votava no cacique, ou de quem lhe dava apoio político, bem como de atrasar ou dificultar o atendimento de quem fosse eleitor ou apoiador de políticos rivais. Ademais, os servidores públicos podiam

ser instados a prestar serviços pessoais e profissionais às campanhas eleitorais dos caciques ou a contribuir com parte do salário. Eram condições informais para ganhar emprego público e permanecer nele.

Cedo a atividade dos 'maiorais políticos' evoluiu para a montagem de associações político-eleitorais (*political machines*) — às vezes formalizadas como agremiações ou clubes — com a finalidade de cativar eleitores e conquistar votos. No nível mais baixo da hierarquia organizacional estavam os cabos eleitorais, cuja ocupação permanente era visitar cidadãos e prestar-lhes pequenos favores e ajudas.

O método de atuação era ganhar a gratidão e preservar a lealdade dos cidadãos contatados. Os cabos eleitorais ajudavam-nos a tirar ou renovar documentos, a resolver problemas dos filhos com a polícia, a ter acesso a serviços públicos. Em todo batizado, casamento e funeral, compareciam em nome do cacique e traziam um presentinho útil (roupas, agasalhos, sapatos, combustíveis, remédios, comidas, brinquedos). Realizavam festas de rua ou de quarteirão nas datas apropriadas, com alimentos e bebidas de graça.

Dependendo do tamanho, o reduto eleitoral de um cacique tinha vários cabos eleitorais, bem como alguns chefes intermediários para supervisioná-los e fornecer-lhes recursos. Os gastos com uma associação eleitoral eram grandes, não só porque o número de eleitores era elevado, como também porque, estando próximo do eleitor, o cabo eleitoral não podia deixar de ouvir pedidos concernentes a necessidades mais graves. Era a falta de carvão no frio do inverno, doenças das crianças e dos idosos, fiança para soltar o adolescente briguento, desastres como incêndio ou desemprego.

Pelo menos uma parte dessas necessidades dos eleitores precisava ser atendida, para criar neles a esperança ou a ilusão de que a outra parte também seria,

mais adiante (após um tempo indefinido). Ademais, esses gastos ocorriam entre épocas eleitorais e somavam-se aos gastos estritamente de campanhas, bem como de eleições (transporte e alimentação dos eleitores). O problema financeiro se resolvia por meio de conexões de negócios encobertos entre os clubes eleitorais e as empresas de serviços públicos (transporte, gás, eletricidade, telefone), bem como aquelas com contratos de obras públicas e aquelas precisando de licenças legais ou desejando tributação mais baixa.

De um lado, os servidores públicos ligados aos clubes faziam contratos públicos favoráveis às empresas, autorizavam tarifas ou preços mais altos, amenizavam obstáculos legais, concediam licenças e redução de tributos. De outro lado, as empresas beneficiadas pelos órgãos públicos retribuíam — pagavam propinas, faziam doações financeiras ou materiais aos clubes (roupas, alimentos, apetrechos domésticos) e davam emprego nas empresas e nas obras às pessoas indicadas pelos clubes. Parte dessas pessoas era de eleitores conquistados desta maneira; outra parte era de cabos eleitorais e de funcionários dos clubes, os quais somente apareciam com seus nomes nas folhas de pagamento.

Os eleitores votavam e elegiam os caciques políticos, os quais mantinham a associação eleitoral. Esta aglutinava órgãos públicos e grandes empresas para executar obras públicas de vulto, entre elas as reformas urbanísticas requeridas pela inovação tecnológica (metrô, automóvel, redes de energia elétrica, telefone, aviação). Quando precisava de órgãos públicos independentes dela, subornava funcionários públicos, chefes de polícia, promotores, juízes, vereadores e legisladores estaduais. Naturalmente, também enriquecia alguns dos caciques, seus familiares e amigos.

Portanto, as associações eleitorais vinculavam órgãos públicos e empresas privadas às necessidades da atuação político-partidária. Os órgãos tornavam-se instrumentos ou recursos econômicos em três tipos de relações de interesse mútuo: por um lado, entre a associação eleitoral e potenciais eleitores; por outro, entre a associação eleitoral e donos de negócios; e, por outro, entre a associação eleitoral e os servidores públicos beneficiados com empregos, com promoções de cargo e

com propinas.

Hoje em dia, o Departamento de Justiça norte-americano relata casos de delitos e malfeitos de colarinho branco, inclusive de corrupção, toda semana. Mas não dá sinais de que existam associações eleitorais semelhantes àquelas do passado. Os expertos dão a Richard J. Daley, político proeminente de Chicago, em decadência nos anos 1970, o crédito ter sido o cacique da última nesta longa experiência.

Valdir Melo

valdir.melo@ipea.gov.br

Tem graduação e doutorado em economia. É pesquisador do Ipea. Este texto expressa juízos pessoais, não de qualquer instituição.



CBE2019

XXIII Congresso Brasileiro de Economia

Alternativa para a Retomada do Desenvolvimento Econômico

16 a 18 de outubro/2019

CentroSul - Fpolis/SC

INSCRIÇÕES ABERTAS

CURSO

ROTA FINANCEIRA DO
EMPREENDEDOR DE SUCESSO

CURSO

PROFISSÃO DO ECONOMISTA
PERIGO E CASOS RELEVANTES

Inscreva-se agora mesmo: www.cbe2019.com.br



PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO



PATROCINADOR PRATA



APOIO



LOCAL DO EVENTO



CBE2019

XXIII Congresso Brasileiro de Economia

Alternativa para a Retomada do Desenvolvimento Econômico

16 a 18 de outubro/2019

CentroSul - Fpolis/SC

PROGRAMAÇÃO

17 de outubro

BLOCO I

POLÍTICAS MACROECONÔMICAS
POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA
POLÍTICA MONETÁRIA E FINANCIAMENTO

BLOCO II

DESENVOLVIMENTO PAPEL DO ESTADO, REGULAÇÃO
E PRIVATIZAÇÃO ECONOMIA REGIONAL NO
CONTEXTO DA ECONOMIA NACIONAL

BLOCO III

POLÍTICAS PÚBLICAS
PREVIDÊNCIA E POLÍTICA SOCIAL
MERCADO DE TRABALHO

BLOCO IV

RELAÇÕES E INSERÇÃO INTERNACIONAL
GLOBALIZAÇÃO 2.0 E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ABERTURA COMERCIAL E INSERÇÃO INTERNACIONAL

ACESSE O SITE E CONFIRA OS PALESTRANTES CONFIRMADOS

www.cbe2019.com.br



PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO



PATROCINADOR PRATA



APOIO



SINDECON SC
Sindicato dos Economistas no
Estado de Santa Catarina

LOCAL DO EVENTO



CBE2019

XXIII Congresso Brasileiro de Economia

Alternativa para a Retomada do Desenvolvimento Econômico

16 a 18 de outubro/2019

CentroSul - Fpolis/SC

PROGRAMAÇÃO

18 de outubro

BLOCO I	POLÍTICAS MACROECONÔMICAS POLÍTICA CAMBIAL E SETOR EXTERNO
BLOCO II	DESENVOLVIMENTO ECONOMIA DO CRIME COOPERATIVAS/ ECONOMIA COMPARTILHADA ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
BLOCO III	POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, DESIGUALDADE SOCIAL E DIMINUIÇÃO DA POBREZA ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO/FINTECH
BLOCO IV	RELAÇÕES E INSERÇÃO INTERNACIONAL FINANCEIRIZAÇÃO CRIPTOMOEDAS

Confira os palestrantes confirmados no site do congresso!

www.cbe2019.com.br



PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO



PATROCINADOR PRATA



APOIO



SINDECON^{SC}
Sindicato dos Economistas no
Estado de Santa Catarina

LOCAL DO EVENTO



ARTIGO

Dinâmica Fiscal e a Fixação de Teto para a Dívida Pública Brasileira?

Getúlio Pernambuco

Resumo

O crescimento da dívida pública, em decorrência do déficit primário, tem conduzido a uma relação dívida/pib explosiva. Qual é a política fiscal consistente para estabilizar a dívida em relação ao PIB? Como evoluiu a dívida pública na última década? A falta de teto para o endividamento federal e o atual teto para os Estados e o Distrito Federal são os ingredientes necessários para a bancarrota das finanças públicas. O presente trabalho propõe a fixação de teto para a dívida pública, considerando a capacidade de pagamento por parte do governo. Essas questões são discutidas teoricamente e cálculos com os números da economia brasileira são elaborados para esclarecer pontos cruciais sobre o tema.

Palavras Chave: Déficit fiscal; dívida pública; teto para a dívida pública; marco regulatório da dívida pública; limites do endividamento do Tratado de Maastricht.

1. Motivação

Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, o Governo Federal propõe um déficit primário de 1,87% do PIB. Esse percentual é inferior ao previsto para 2018, que foi de 2,29% do PIB. Com o acúmulo do déficit primário nesses últimos anos e a prática de juros reais exorbitantes pelo Banco Central, o resultado é um estoque de dívida pública de R\$ 3.559,3 bilhões, no encerramento de 2017, revelando um crescimento real de 11% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 3.112,9 bilhões.

A dívida pública mostra-se sufocante no orçamento da União para 2019. Para um orçamento que fixa a despesa e estima a receita no mesmo montante de R\$

3.381,7 bilhões de reais, a dívida pública participa com 42,1% desse total, ou seja, R\$ 1.424,7 bilhões, sendo R\$ 378,8 bilhões de juros e encargos e R\$ 1.045,9 bilhões de amortizações.

Pouco ou nada se tem falado da dívida pública e a atenção do governo tem-se voltado em direção à reforma da previdência, possíveis privatizações de empresas estatais e redução da participação acionária do governo em empresas de capital aberto. Todas essas questões são importantes, mas o problema da dívida pública é tão grave que torna todos os demais apenas periféricos.

Passos importantes foram dados em direção à organização das finanças públicas. O último e o mais emblemático foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000. Mesmo com a sua vigência, diversos estados da federação estão insolventes, como é o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Roraima, apenas para citar alguns. A própria União está andando a passos largos para a insolvência com o crescimento da dívida pública.

Com o novo governo, que tomou posse em janeiro de 2019, abre-se a possibilidade de redução do déficit público e com isso a da apresentação de nova legislação complementar necessária para modernizar a LRF. Avanços poderiam ser dados na direção do que a União Européia estabeleceu no Tratado de Maastricht, em relação à fixação de uma dívida pública de 60% do PIB e déficit primário de 3% do PIB. Será que essa regra poderia ser aplicada ao Brasil?

Atualmente² a legislação do Senado Federal estabelece o limite de endividamento para os Estados e o

¹ O autor agradece a colaboração da Elza Jorge Fernandes Rosa e pelas valiosas sugestões e contribuições de Nilo Alberto Barroso. Os erros e as omissões são de responsabilidades do autor. Feedback são bem-vindos no E-mail: getulio.pernambuco@gmail.com

² Resolução no 40, de 2001, do Senado Federal.

Distrito Federal de 200% da Receita Corrente Líquida (RCL)³, ou seja, o Estado tem permissão para atingir a bancarrota. Para a União, o céu é o limite. Não há teto estabelecido mesmo decorridas quase duas décadas de vigência da LRF. Há o projeto de resolução 84/2007, ainda não aprovado no Senado Federal, que propõe o índice de 3,5 vezes a RCL para a União. O certo é que o Governo não cria riqueza mas é pródigo em criar dívida para os seus cidadãos. Sorria, cada brasileiro, ao nascer, já ganha de presente uma dívida de R\$ 17.079,00 criada pelo governo. Mas nem tudo está perdido. A infraestrutura de estradas, aeroportos, hospitais, energia elétrica, educação, segurança e boa parte do conforto que o mundo oferece foram criados, em parte, com a dívida pública. Ela serve de transferência de renda intergeracional. Isso possibilita a construção da infraestrutura presente mediante o endividamento das gerações futuras.

Mesmo assim, não acredite naquela máxima que um ex-ministro⁴ falou: “Dívida não se paga. Dívida se rola”. Fazer rolagem da dívida significa pagar juros e encargos e esse custo foi, em média, de 12,6% ao ano, em 2018, superando a SELIC⁵ média que foi de 7,4%. Essa despesa cresce a cada ano e poderá tornar-se sufocante à medida que o estoque da dívida cresce. Isso é um sintoma de que o calote virá, cedo ou tarde. Afinal, a dívida se endivida a si mesma.

2. Modelo Teórico

O ponto inicial para a discussão da sustentabilidade da dívida é a restrição orçamentária do governo, que pode ser representada pela seguinte identidade ex-post, em termos nominais:

$$B_t = G_t + H_t - T_t + rB_{t-1} = D_t + rB_{t-1} \quad (2.1)$$

As variáveis da equação (2.1) representam:

1. B: estoque da dívida do governo;
2. G: gastos do governo em bens e serviços;
3. H: transferências do governo;
4. T: tributos;

5. D: déficit primário do governo, $D=G+H-T$;

6. r: taxa de juros real;

7. t: tempo.

Para fins analíticos e de comparação entre países e mesmo entre estados, podemos parametrizar (2.1) em termos do PIB, simplesmente dividindo as variáveis pelo PIB, $P_t Y_t$, em que P_t é o deflator do PIB e Y_t é o índice de quantidade.

$$\frac{B_t}{P_t Y_t} = \frac{G_t}{P_t Y_t} + \frac{H_t}{P_t Y_t} - \frac{T_t}{P_t Y_t} + (1+r) \frac{B_{t-1}}{P_{t-1} Y_{t-1}} \frac{P_{t-1} Y_{t-1}}{P_t Y_t} \quad (2.2)$$

Definindo o crescimento do PIB por:

Substituindo em (2.2), obtém-se:

$$\theta = \frac{P_t Y_t - P_{t-1} Y_{t-1}}{P_{t-1} Y_{t-1}} \quad (2.3)$$

$$\frac{1}{1+\theta} = \frac{P_{t-1} Y_{t-1}}{P_t Y_t} \quad (2.3)$$

A relação das variáveis em termos do PIB é repre-

$$\frac{B_t}{P_t Y_t} = \frac{G_t}{P_t Y_t} + \frac{H_t}{P_t Y_t} - \frac{T_t}{P_t Y_t} + \frac{(1+r)}{(1+\theta)} \frac{B_{t-1}}{P_{t-1} Y_{t-1}} \quad (2.4)$$

sentada pelas letras minúsculas:

Para valores pequenos de r e θ podemos aproximar

$$b_t = g_t + h_t - t_t + \frac{(1+r)}{(1+\theta)} b_{t-1} \quad (2.5)$$

por

que,

$$\frac{(1+r)}{(1+\theta)} \approx (1+r-\theta) \quad \text{em (2.5), fica:}$$

Como $b_t - b_{t-1}$ representa o crescimento da dívida

$$b_t = g_t + h_t - t_t + (1+r-\theta)b_{t-1} \quad (2.6)$$

$$b_t - b_{t-1} = g_t + h_t - t_t + (r-\theta)b_{t-1}$$

ver-

no, podemos reescrever (2.6) em termos de variação infinitesimal, da seguinte forma:

$$\frac{db_t}{dt} = g_t + h_t - t_t + (r-\theta)b_{t-1} \quad (2.7)$$

Aqui

³RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências aos municípios e a contribuição dos servidores para o custeio da previdência e assistência social. Para detalhes, consultar a Resolução nº43, de 2001, do Senado Federal.

⁴ atribuída ao ex-ministro Delfin Neto.

⁵ SELIC é a taxa básica de juros de financiamento no mercado interbancário, para operações de um dia, ou overnight, que possuem lastro em títulos públicos federais listados no Sistema de Liquidação e Custódia.

θ é a taxa de variação anual do PIB. Assume-se que a taxa de juros real exceda a taxa de crescimento real do PIB, então $r - \theta$ é positivo. Esse pressuposto implica a insustentabilidade da dívida pública.

A equação (2.7) é uma equação diferencial não homogênea. Definindo o fator de integração e endo n o tempo em que queremos projetar a evolução da dívida, e multiplicando (2.7) pelo fator de integração, $db/dt = \dot{b}e^{-(r-\theta)n}$ retirando o subscrito temporal das variáveis para simplificar a notação, obtemos:

$$\begin{aligned} \dot{b}e^{-(r-\theta)n} &= e^{-(r-\theta)n}((r-\theta)b + g + h - t) \\ [\dot{b} - (r-\theta)b]e^{-(r-\theta)n} &= (g + h - t)e^{-(r-\theta)n} \end{aligned} \quad (2.8)$$

O fator de integração foi escolhido de tal forma que:

$$\begin{aligned} \frac{d(b e^{-(r-\theta)n})}{dn} &= \frac{db}{dn} e^{-(r-\theta)n} - (r-\theta) \frac{dn}{dn} b e^{-(r-\theta)n} \\ \dot{b} e^{-(r-\theta)n} - (r-\theta) b e^{-(r-\theta)n} &= [\dot{b} - (r-\theta)b] e^{-(r-\theta)n} \end{aligned} \quad (2.9)$$

Logo podemos reescrever (2.8) da seguinte forma:

$$\frac{d}{dn} [b e^{-(r-\theta)n}] = (g + h - t) e^{-(r-\theta)n} \quad (2.10)$$

Integrando (2.10) de ambos os lados de zero a n , e sendo $s \in R / 0 \leq s \leq n$, então:

$$\begin{aligned} \int_0^n \frac{d}{dn} (b e^{-(r-\theta)n}) dn &= \int_0^n (g + h - t) e^{-(r-\theta)s} ds \\ b e^{-(r-\theta)n} \Big|_0^n &= \int_0^n (g + h - t) e^{-(r-\theta)s} ds \\ b_n e^{-(r-\theta)n} - b_0 e^{-(r-\theta)0} &= \int_0^n (g + h - t) e^{-(r-\theta)s} ds \\ b_n e^{-(r-\theta)n} &= b_0 + \int_0^n (g + h - t) e^{-(r-\theta)s} ds \end{aligned} \quad (2.11)$$

A interpretação de (2.11) é que a razão dívida/PIB no tempo n é formado pelo estoque da dívida no instante inicial, b_0 , mais a evolução intertemporal do déficit primário no período de zero a s , ambos capitalizados pelo fator $(r - \theta)$.

Para termos um equilíbrio sustentável, temos que

impor a condição de transversalidade de que o valor presente da dívida não seja positivo. Com isso, evita-se o jogo de Ponzi⁶ em que a dívida é sempre “rolada” mediante o resgate dos títulos vencidos com a emissão de novos títulos, o que causa aumento infinito da dívida. A equação a seguir ilustra a condição de transversalidade:

$$\lim_{n \rightarrow \infty} b_n e^{-(r-\theta)n} \leq 0 \quad (2.12)$$

Para que isso ocorra, é necessária a geração de superávit. Nesse caso temos:

$$b_0 + \int_0^s (g + h - t) e^{-(r-\theta)s} ds = 0 \quad (2.13)$$

A política fiscal é uma sequência de (g, h, t) e do valor inicial da dívida pública b_0 . Conforme Blanchard [1], a política fiscal é sustentável, se a dívida real do governo não cresce mais rapidamente que a taxa de juros ou, equivalentemente, se a relação dívida/PIB não cresce mais rapidamente que o excesso de juros sobre o crescimento do PIB. Se a política fiscal é sustentável, e sendo $d = (g + h - t)$, então a restrição orçamentária do governo é:

$$\int_0^\infty d e^{-(r-\theta)s} ds = -b_0 \quad (2.14)$$

Para a política fiscal ser sustentável, o valor presente do superávit fiscal $(-d)$, descontado pelo fator $(r - \theta)$, tem que ser igual ao valor inicial da dívida, b_0 .

2.1 Tributação de Sustentabilidade da Dívida

Com a equação (2.13), fica claro que os objetivos a serem perseguidos para a sustentabilidade da dívida podem ser alcançados mediante a geração de superávits correntes $(-d)$, que leva em consideração a combinação de políticas para g, h e t , ou de apenas uma variável de escolha.

Caso o governo queira manter o nível de gastos

⁶Termo cunhado em decorrência de operação fraudulenta do tipo esquema de pirâmide montada por Charles Ponzi.

e de transferências poderá recalibrar o nível de tributação, t^* , para manter sustentável a dívida pública. Mantendo-se o valor inicial do estoque da dívida b_0 e o fator $(r-\theta)$, podemos reescrever a equação (2.13) da seguinte forma:

$$\int_0^{\infty} t^* e^{-(r-\theta)s} ds = b_0 + \int_0^{\infty} (g+h) e^{-(r-\theta)s} ds \quad (2.15)$$

Como a integral da soma é a soma das integrais, calculamos a integral imprópria do lado esquerdo de (2.15) da seguinte forma:

$$\lim_{a \rightarrow \infty} \int_0^a t^* e^{-(r-\theta)s} ds = t^* \left[\frac{-e^{-(r-\theta)a}}{(r-\theta)} + \frac{e^{-(r-\theta)}}{(r-\theta)} \right]$$

$$\lim_{a \rightarrow \infty} \int_0^a t^* e^{-(r-\theta)s} ds = \frac{t^*}{(r-\theta)} \quad (2.16)$$

Substituindo o lado esquerdo de (2.15) pelo lado direito de (2.16), obtemos:

$$t^* = (r-\theta) \left[b_0 + \int_0^{\infty} (g+h) e^{-(r-\theta)s} ds \right] \quad (2.17)$$

Podemos chamar t^* de tributação de sustentabilidade da dívida pública. O índice de sustentabilidade $IS = (t^* - t)$, ou seja, a diferença entre a carga tributária de sustentabilidade t^* e a carga tributária atual t , é um bom indicador da capacidade de pagamento da dívida pública. Para o caso de déficit fiscal primário, esse índice será sempre positivo, ou seja, será necessário aumentar a carga tributária – tributos em relação ao PIB – para que se tenha uma trajetória sustentável da dívida pública.

Como informa Blanchar [1], se a carga tributária já é considerada elevada, um valor positivo do índice de sustentabilidade, $IS = (t^* - t) > 0$, indica um risco de crise, uma pressão para recorrer à monetização da dívida ou mesmo ao calote da dívida. Vale lembrar que o Brasil já decretou a moratória da dívida externa em fevereiro de 1987, diante do insucesso do plano cruzado.

3. Estimativas Empíricas para o Brasil

Nesta parte do artigo serão mostrados os principais indicadores de evolução da dívida pública e calculados o superávit e a tributação necessária, em termos de percentuais do PIB, para estabilizar a razão dívida/PIB.

Para isso é necessário tornarmos operacional a equação (2.14), já que não dispomos da trajetória futura de $d = (g + h - t)$. Resolvendo essa integral, temos:

$$\lim_{a \rightarrow \infty} \int_0^a d e^{-(r-\theta)s} ds = \lim_{a \rightarrow \infty} \left[\frac{-d e^{-(r-\theta)a}}{(r-\theta)} + \frac{d e^{-(r-\theta)}}{(r-\theta)} \right] \quad (3.1)$$

O primeiro termo entre colchetes da equação (3.1) tende para zero, quando $\lim_{a \rightarrow \infty} d e^{-(r-\theta)a} = 0$. O segundo termo tem o numerador elevado a zero, $d e^0 = d$. Combinando este resultado com o lado direito de (2.14), obtemos:

$$(g + h - t) = -b_0(r - \theta) \quad (3.2)$$

A equação (3.2) calcula o valor do superávit primário necessário para estabilizar a razão dívida/PIB e será utilizada para elaborar esses cálculos.

Procedimento semelhante temos que fazer para calcular a integral da equação (2.17), que resulta em:

$$t^* = (r - \theta)b_0 + (g + h) \quad (3.3)$$

A equação (3.3) possibilita calcular o nível de tributação necessário para o equilíbrio da razão dívida/PIB e será utilizada para fazer esses cálculos. Servirá, também, para determinar o índice de sustentabilidade, IS.

Séries históricas, mostrando os principais indicadores para o cálculo da sustentabilidade da dívida, são listadas na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores Macroeconômicos da Dívida Pública - % PIB

Ano	Resultado Primário	(r) Juro nominal	(π) Inflação IPCA	(r) Juro real	(b_0) Estoque da dívida	(θ) Δ % PIB	(g+h) Despesa do Governo
2010	2,04	11,78	5,90	5,56	62,40	5,69	29,23
2011	2,14	12,67	6,50	5,80	60,60	2,57	29,40
2012	1,80	11,33	5,83	5,20	61,60	2,48	28,79
2013	1,44	11,20	5,91	5,00	59,60	2,53	28,82
2014	-0,35	11,12	6,40	4,44	61,60	-0,23	29,93
2015	-1,93	13,13	10,67	2,23	71,70	-5,52	34,32
2016	-2,53	12,71	6,28	6,05	77,50	-2,32	33,73
2017	-1,79	10,09	2,94	6,96	83,10	2,17	32,75
2018	-0,42	11,11	3,74	7,11	86,70	1,27	33,78(*)

Fontes: Resultado primário, taxa de juros e estoque da dívida: Banco Central do Brasil; Carga tributária: Receita Federal; IPCA: IBGE; g+h (despesa do governo): Secretaria do Tesouro Nacional. () estimado.

Inconsistências estatísticas são facilmente encontradas nas séries históricas do governo. Isso decorre da adoção de metodologias diferentes pelos diversos órgãos e as informações contidas nas Tabelas 1 e 2 ilustram muito bem essas pequenas diferenças.

A partir das informações da Tabela 1, foram calculados os indicadores de sustentabilidade da dívida pública constantes na Tabela 2.

Tabela 2: Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Pública - % PIB

Ano	(d) Superávit Primário Necessário (SPN)	(e) Resultado Primário (RP)	SP N-RP	Crescimento do Estoque da Dívida ($b_t - b_{t-1}$)	Crescimento Autônomo da Dívida	(t*)Carga Tributária de Sustentabilidade	(f) Carga Tributária	(S = (t - f) Índice de Sustentabilidade
2010	-0,08	2,04	-2,12	-2,30	-0,18	29,15	32,51	-3,36
2011	1,96	2,14	-0,18	-1,80	-1,62	31,36	33,35	-1,99
2012	1,68	1,80	-0,13	1,00	1,13	30,47	32,62	-2,15
2013	1,47	1,44	0,03	-2,00	-2,03	30,29	32,55	-2,26
2014	2,88	-0,35	3,23	2,00	-1,23	32,81	31,84	0,97
2015	5,56	-1,93	7,49	10,10	2,61	39,88	32,10	7,78
2016	6,49	-2,53	0,02	5,80	-3,22	40,22	32,29	7,93
2017	3,98	-1,79	5,77	5,60	-0,77	36,73	32,43	4,30
2018	5,07	-0,42	5,49	3,60	-1,89	38,85	32,51(*)	6,34

2Fontes: Resultado primário (RP): Banco Central; Carga Tributária: Receita Federal.

Demais informações calculados pelo autor. (*) estimado.

3.1. Superávit de Sustentabilidade

A coluna (d) Superávit Primário Necessário (SPN), segunda coluna da Tabela 2, usa a fórmula (3.2) para calcular qual o nível de superávit primário de que o governo necessita para que o estoque da dívida se mantenha em 86,7% do PIB.

A partir de 2014, quando o resultado primário se torna negativo em -0,35 do PIB, o esforço fiscal para manter o estoque da dívida inalterado cresce vertiginosamente, de 2,88%, em 2014, para 5,07% do PIB em 2018.

Como no orçamento de 2019 o déficit primário é de 1,87% do PIB, isso implica o aumento do estoque da dívida. Cálculos podem ser elaborados para sabermos qual o nível de estoque da dívida pública no futuro.

O estoque da dívida no período 1 (b_1) é definido como a soma do déficit primário no período 1 (d_1) mais o estoque da dívida no período anterior (b_0), multiplicado pela taxa de juros que excede a taxa de crescimento do PIB, ($r - \theta$).

$$b_1 = d_1 + [1 + (r - \theta)]b_0 \quad (3.4)$$

A equação (3.4) é uma equação da reta que tem como intercepto o resultado primário e como coeficiente angular, ($r - \theta$). Mantendo-se ($r - \theta$) fixo, podemos resolver recursivamente a equação (3.4) para determinarmos o estoque da dívida no tempo s :

$$b_s = \sum_{i=1}^s d_i + [1 + (r - \theta)] \sum_{j=0}^s b_j \quad (3.5)$$

Aplicando-se a equação (3.5), chegamos à conclusão de que, no ano de 2020, o estoque da dívida pública atingirá 101,0% do PIB. Esse valor é extremamente elevado se comparado ao teto fixado para os países do Euro pelo tratado de Maastricht, que é de 60% do PIB.

Fazendo o cotejamento entre o superávit primário necessário para estabilizar o estoque da dívida e o resultado primário, podemos chamar o excedente de crescimento autônomo da dívida, ou seja, quanto o estoque da dívida aumentou sem que o déficit fosse a única causa do seu crescimento. Isto ocorre quando há colocação de dívida no mercado em excesso. No ano de 2012 o crescimento autônomo da dívida foi de 1,13% do PIB e em 2015 esse percentual foi de 2,61%. Nos demais anos analisados não houve crescimento autônomo da dívida, adotando-se essa metodologia.

3.2. Tributação de Sustentabilidade

Qual deveria ser a tributação necessária para manter constante o estoque da dívida em relação ao PIB? A resposta a essa questão encontra-se na coluna (t*) da Tabela 2, números em negrito, que foram calculados utilizando a equação (3.3).

Foi construído o índice de sustentabilidade, última coluna da Tabela 2, que evidencia o crescimento em pontos percentuais do PIB a que a carga tributária deve ser elevada para manter constante o estoque da dívida. Conforme Blanchard [1], um índice de sustentabilidade positivo, para um país que já tem carga tributária elevada, é um indicador de risco de crise que conduz à monetização ou *default* – não pagamento –

ou a uma combinação de ambos. No cálculo realizado, esse índice é de 6,34% do PIB, para 2018.

O aumento da carga tributária é rechaçada pela sociedade brasileira. Aumentar a carga tributária em 6,34 pontos percentuais, de 32,51% do PIB para 38,85% do PIB, é extremamente difícil. Basta lembrar que, em 2007, foi extinta a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que tinha uma alíquota de 0,38% incidente sobre a movimentação financeira e arrecadava o equivalente a 1,7% do PIB.

Sem recursos para pagar o serviço e o principal da dívida, o *default* apresenta-se como o possível caminho natural da dívida. O *default* pode ser parcial ou total. Qualquer reestruturação da dívida, conduzida unilateralmente pelo governo, que reduza o valor presente da dívida, se enquadra na modalidade de *default* parcial. O mesmo ocorre com a monetização, por reduzir o valor real da dívida, pelo aumento não esperado da inflação.

É censo comum dizer que o Brasil tem uma carga tributária excessiva para os padrões de renda *percapita* e pelos serviços públicos ineficientes. Caso não sejam tomadas medidas normativas para a fixação de teto para a dívida pública, certamente o governo tentará aumentar a carga tributária. Mesmo assim, caso a CPMF retorne, teremos apenas o adiamento da crise da dívida e não a sua solução.

3.3 Crescimento do PIB de Sustentabilidade

Se a geração de superávit primário, necessária para estabilizar a relação dívida/PIB, mostra-se extremamente difícil de ser alcançada e o aumento dos tributos é uma política impopular, praticamente impossível de ser aprovado no Congresso, resta apostar no crescimento do PIB.

O PIB do Brasil pode crescer a taxas chinesas? Se sim, teremos uma solução indolor para resolver o problema da dívida pública. Infelizmente não temos capacidade instalada de investimentos e nem ambiente macroeconômico favorável para crescer a taxas chinesas.

Qual o crescimento do PIB necessário para estabilizar o estoque da dívida pública? Podemos usar a equação (3.6) para responder a essa questão:

$$\theta \geq \frac{g + h - t}{b_0} + r \quad (3.6)$$

Para um déficit primário de 1,87% do PIB e um estoque da dívida pública de 86,7% do PIB, usando a equação (3.6), o crescimento do PIB tem que ser no mínimo de 9,41% ao ano para estabilizar a relação dívida/PIB. Nesses últimos 20 anos, o maior crescimento do PIB foi 6,64, em 2007, ou seja, a probabilidade de a economia do Brasil crescer, a curto prazo, a taxas superiores a 9,41% ao ano é nula.

4. Teto para a Dívida Pública

Estamos próximo de uma crise da dívida? Podemos responder a essa questão com outras perguntas: Por que as agências de classificação de risco rebaixaram o *rating* do Brasil? Por que o Brasil perdeu o grau de investimento a partir de 2015?

Nota-se claramente que o déficit primário conduziu a novas classificações de riscos pelas agências internacionais. O que está em jogo é a capacidade de o Estado honrar a dívida, tanto interna como externa. A perda do grau de investimento do Brasil mostra um cenário de crise fiscal e, por isso, o governo implementou o teto dos gastos em 2016 e está tentando a reforma de previdência. É a busca desenfreada para jogar mais recursos fiscais na dívida pública. Será que isso vai dar certo? A seguir, analisamos o impacto da política do teto dos gastos (Novo Regime Fiscal) e da reforma da previdência na dívida pública.

4.1 O Novo Regime Fiscal é a Solução?

O Novo Regime Fiscal (NRF) foi instituído por meio da Emenda Constitucional nº95/2016 que fixou limites para a expansão das despesas primárias, a partir do orçamento de 2017. Uma vez fixadas, essas despesas serão corrigidas, até o ano de 2037, pelo IPCA, ou seja, não terão crescimentos reais.

As despesas com saúde e educação também ficaram congeladas aos valores de 2017 e serão corrigidas apenas pelo índice de inflação oficial. Apenas para lembrar, o mínimo obrigatório de despesa com a saúde era de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) e, para a educação, era de 18% da arrecadação de impostos, conforme preceitua a constituição.

Com o NRF, os aumentos reais de receita do governo serão carregados para o pagamento da dívida, já

que as despesas nominais do governo não foram engessadas pela EC nº95/2016.

Esse aumento real de receita dos impostos é suficiente para reduzir a explosão da dívida pública? A resposta é não. Analisando o Anexos IV, Metas Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, o saldo final de aumento permanente da receita prevista é de apenas R\$ 24,8 bilhões de reais, o que corresponde a apenas 0,33% do PIB, para um pagamento de juros e encargos da dívida de 4,59% do PIB, para 2019.

O chamado teto dos gastos foi uma tentativa mal sucedida de melhorar o *rating* do Brasil, junto às agências internacionais de classificação de risco. Na prática, houve apenas transferência de gastos das áreas sociais para o pagamento da dívida pública. A depender do NRF, a dívida pública continuará em sua trajetória explosiva.

4.2 A Reforma da Previdência é a Solução?

Com a aprovação da reforma da previdência fica descartada a trajetória explosiva da dívida pública? A resposta é não. Vejamos o porquê:

A Tabela 3 ajuda a esclarecer essa questão. Essa Tabela mostra, para o período de 2010 a 2018, o resultado primário, o pagamento de juros nominais e, a soma dessas duas colunas, é o resultado nominal, acima da linha, também chamado de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). Quando o resultado primário é positivo, ou seja, as receitas não financeiras superam as despesas não financeiras, o governo gera caixa excedente que pode ser usado para pagamento de juros e amortizações. Caso contrário, o governo gera déficit primário que, contribui para o aumento do endividamento.

Tabela 3: Resultado Nominal, acima da linha - % PIB

Ano	Resultado Primário	Juros Nominais	Resultado Nominal - NFSP
2010	2,04	5,57	-3,53
2011	2,14	5,80	-3,66
2012	1,80	5,17	-3,37
2013	1,44	5,12	-3,68
2014	-0,35	5,42	-5,77
2015	-1,93	7,45	-9,38
2016	-2,53	8,17	-10,70
2017	-1,79	6,70	-8,49
2018	-0,42	6,16	-6,58

³Fonte: Banco Central do Brasil. O Manual de Demonstrativos Fiscais de 2019, do Tesouro Nacional, estabelece que: resultado nominal, acima da linha = resultado primário, acima da linha, + (juros ativos-juros passivos).

A Necessidade de Financiamento do Setor Público, conforme mostra a Tabela 3, revela o quanto o setor público precisa captar no mercado para cobrir todas as suas despesas, inclusive as despesas com juros e encargos da dívida pública. Essa necessidade tem trajetória ascendente, ou seja, o governo tem-se endividado, cada vez mais, para comportar todas as suas despesas.

Vamos supor uma hipótese forte. O governo aprova a reforma da previdência e zera o déficit. Com isso, o déficit da previdência, estimado em 4,1% do PIB, pode ser utilizado para abater a despesa com juros e encargos da dívida, que é de 6,20% do PIB. Mesmo assim, a despesa com juros e encargos da dívida excede a economia proporcionada com a reforma da previdência. Dessa forma, apenas se adia o efeito explosivo da dívida pública. Caso não sejam impostos limites para o estoque da dívida e para o déficit primário, cedo ou tarde, a crise da dívida virá.

O impacto da reforma da previdência, na redução do déficit previdenciário, ocorrerá no longo prazo. Para que haja efeito no curto prazo, ou de imediato, o governo deverá elevar as alíquotas de contribuições, tanto as patronais como as dos trabalhadores, a patamares suficientes para zerar o déficit de imediato. Na simulação, embute-se essa premissa e por isso a chamamos de hipótese forte.

Vale destacar que o fim das transferências de subsídios para as famílias tem impacto negativo no consumo. O efeito multiplicador da reforma da previdência é negativo sobre o PIB, devido à redução da propensão marginal a consumir na função consumo da economia. Fazendo um cálculo simples, ou seja, se a propensão marginal a consumir é de 0,2% da renda e se o déficit da previdência a ser zerada é de 4,1% do PIB, o impacto negativo no crescimento da economia será de 0,82% do PIB.

Parece até que toda a discussão da reforma da previdência tem um propósito muito bem definido: evitar que a banca do jogo da dívida pública se quebre e fique imune às tormentas das finanças públicas. Como disse Shakespeare: "A glória do tempo é acalmar os reis em

conflito para desmascarar a falsidade e trazer a verdade à luz”⁷.

4.3 Dominância Fiscal

Como nos ensinou Sargent e Wallace, em seu célebre artigo “Some unpleasant monetarist Arithmetic”, a dominância fiscal inviabiliza a política monetária restritiva. Sem o ajuste fiscal necessário para estabilizar o crescimento da dívida pública e num cenário em que a taxa de juros dos títulos públicos excede o crescimento da economia, a autoridade monetária é incapaz de controlar tanto a base monetária como a taxa de inflação.

Esse é o resultado da monetização, ou seja, o governo necessita de senhoriagem como forma de receita para resgatar a dívida pública que está vencendo. Como resultado do descontrole da dívida, a sociedade é tributada da forma mais perversa que é a inflação.

4.4 Qual o Teto para a Dívida?

O Tratado da União Européia (UE), assinado na cidade de Maastricht, em 1992, estabelece os seguintes limites de déficit fiscal e de estoque da dívida pública para os países membros⁸:

1. Déficit orçamentário de 3% do PIB;
2. Estoque da dívida bruta de 60% do PIB.

Esses limites da UE levam em consideração o crescimento econômico do bloco, o fortalecimento econômico e a unificação das contas públicas para a adoção de moeda única.

A realidade brasileira é outra. A taxa média de crescimento do PIB, nos últimos 18 anos, é de apenas 2,35% ao ano, para uma taxa SELIC fixada atualmente em 6,50% a.a. Com esses números podemos calibrar qual o teto da dívida pública que seria suportável para a economia nacional.

A partir da equação (3.2) é possível construir cenários para o teto da dívida pública, conforme consta na Tabela 4.

Tabela 4: Cenários para o Teto da Dívida Pública

Taxa % SELIC	Crescimento % PIB	Resultado Primário % PIB	Teto da Dívida Pública - % PIB
6,50	2,35	1,10 (1)	27,12
6,50	2,35	2,06 (2)	50,90
7,11 (3)	2,35	1,87 (4)	40,22

(1) Média 2001 a 2018, média dos resultados primários. (2) Média 2001 a 2013, média dos superávits primários. (3) Custo real da dívida pública em 2018. (4) Déficit primário do orçamento de 2019.

Como se verifica, o teto para a dívida pública brasileira pode ser de até 50,90% do PIB. Esse valor é muito inferior ao estoque atual da dívida bruta do governo geral que é de 86,70% do PIB. Fica claro que a capacidade de endividamento da economia brasileira foi ultrapassada pelo governo sendo, portanto, um forte indicador de risco de crise.

Os cálculos aqui realizados são para a dívida bruta do governo geral, ou seja, engloba a União, Estados e Municípios. Podemos dizer que esses cálculos podem servir de parâmetros para todos os Entes da Federação pois, as equações (3.2) e (3.3) são invariantes a transformações monotônicas, ou seja, as equações se aplicam tanto para as variáveis parametrizadas pelo PIB como por qualquer outro indicador. No caso dos Estados, os limites de endividamento são parametrizados em relação à Receita Corrente Líquida.

A LRF estabelece que o limite da dívida deve ser em relação ao conceito de Dívida Consolidada Líquida que é a Dívida Consolidada, ou seja, dívida com vencimento superior a 12 meses, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O problema é que a maioria desses recursos tem vinculações a Fundos ou a outras despesas de caráter obrigatória. Além disso, a história da dívida tem mostrado que sempre tem uma dívida no “armário” esperando o momento oportuno para aparecer. Por isso defende-se o uso de dívida bruta ou Dívida Consolidada, conforme define o Manual de Demonstrativos Fiscais 2019 da Secretaria do Tesouro Nacional.

⁷ Transcrito do cartão de natal de Theofilo Silva, do Blog Shakespeare Indignado.

⁸ A União Européia é composta de 28 países, mas com a saída do Reino Unido esse número cairá para 27.

5. Conclusões e Recomendações

O objetivo principal desse artigo é colocar a questão da dívida pública no centro das discussões econômicas. O ângulo de abordagem foi mostrar a necessidade de se fixar um teto para a dívida pública federal e se recalibrar o teto de endividamento dos Estados.

A idéia subjacente à fixação da dívida é a imposição de um horizonte de planejamento das contas públicas. Partir do futuro – teto da dívida – para elaborar o orçamento presente e fixar os gastos públicos de forma *backward*. Com esse procedimento evitam-se a dominância fiscal e o *default* da dívida pública.

5.1 Recomendações

1. Fixar o teto da dívida pública federal em 50,90% do PIB e o déficit primário aceitável em no máximo de 1,10% do PIB;
2. Alongar o prazo médio de vencimento da dívida mobiliária que, atualmente, é de apenas 48 meses;
3. Reduzir o limite de endividamento dos Estados para 50,90% da Receita Corrente Líquida, reformulando a Resolução nº40 do Senado Federal;
4. Estabelecer teto e prazo para a concessão e vigência de subvenções/remissões em relação à receita corrente líquida;
5. Implantar na União a obrigatoriedade de se aferirem os impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias favorecidas que impliquem renúncia da receita ou aumento da despesa pública, a exemplo do que prevê a Lei do Distrito Federal nº5.422, de 2014.

Bibliografia

Blanchard, Olivier Jean. *Suggestions for a New Set of Fiscal Indicators*. OECD Department of Economics and Statistics, Working Paper nº79, (1990).

Barroso, Nilo Alberto. *Esboços de Macroeconomia*. Chiado Editora, (2016).

Cysne, Rubens Penha e Gomes, Carlos Thadeu de F. *Brasil: O custo do atraso no equacionamento da questão fiscal*. Revista de Economia Política nº37(4), (2017).

Tratado da União Européia, Maastricht, 7 de fevereiro de 1992

Getúlio Pernambuco
getulio.pernambuco@gmail.com



Economista, Mestrado em Economia (créditos) CAEN, Especialista em Matemática (UnB). Ex-Secretário da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e Ex-Chefe da Unidade de Economia e Finanças da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foi Professor de cursos de orçamento público na Escola do Legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

REUNIÕES DO GRUPO DE CONJUNTURA ECONÔMICA 2019

A COMISSÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA (CPE) CONVIDA PARA ENCONTROS MENSIS DO GRUPO DE CONJUNTURA SOBRE TEMAS ATUALIZADOS.

corecondf.org.br

Acesse e fique atento ao calendário atualizado.



ARTIGO

Business Analytics: Instrumento de melhoria do processo de auditoria em entidade de previdência complementar?

Francisco Paulo do Nascimento
Kamila Magalhães de Rezende

Introdução

A Previdência Social nos últimos anos apresenta cenários de mudança, tais como: tendência de adesão massiva de novos associados, rombos bilionários no fundo de aposentadoria decorrentes de ambiência econômica isoladamente ou associada a gestão temerária e equivocada, aumento da população de idosos que deverá triplicar até 2050, reforma da aposentadoria que aumentará a idade mínima e o tempo de contribuição, redução de valor a ser recebido após aposentadoria, desvinculação do benefício para fins de reajustes e rigidez na comprovação de requisitos.

A previdência complementar, com esse cenário, está em crescimento pois é uma complementação da aposentadoria oferecida pelo INSS, é um investimento previdente, inteligente e confiável, capaz de proporcionar excelentes resultados a longo prazo.

Nesse tipo de previdência, o valor a ser recolhido é definido pelo solicitante, a obtenção de benefícios fiscais exclusivos é um dos diferenciais dos planos de natureza privada. Neles, o Imposto de Renda é cobrado apenas por ocasião do resgate do montante acumulado, ou quando a renda passa a ser recebida. Isso significa que o percentual de rendimento sempre incidirá sobre uma base maior de dinheiro, aumentando o capital acumulado ao longo do tempo.

Além disso, em outros fundos de investimento, por exemplo, a tributação é semestral, os planos de previdência privada permitem aplicações em diferentes tipos de fundos de investimentos, permitindo ganhos e precaução de ordem financeira para a época de aposentadorias.

Pela dimensão da quantidade de pessoas

envolvidas, valores alheios movimentados, volatilidade e incertezas mercadológicas, e bem assim, por tratar-se de recursos que visam garantir a manutenção de indivíduos aposentados – às vezes para o sustento de famílias inteiras, há que se buscar acurácia no trato. São recursos de uma vida de trabalho, o que impõe, sem nenhum embargo e a todo esforço legal, necessário e suficiente, a pesquisa e busca, contínuas, de instrumento de melhoria de controles, gestão e elevação de desempenhos financeiros e de segurança do retorno dos recursos envolvidos.

Uma forma de controle adotada pelas empresas é a auditoria interna, que faz exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas, com a finalidade de avaliar a gestão dos riscos e a eficácia dos controles internos, e que pode empregar instrumentos de auditorias tradicionais ou ferramentas para análise de dados.

Desenvolvimento

O sistema de previdência privada tem caráter complementar e facultativo, devendo ser organizado de forma autônoma em relação ao regime geral da previdência social. Em regra, é baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado e regulado por lei complementar (ARRUDtA, 2014).

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC (ou Fundos de Pensão) são organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e são acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas chamados de patrocinadores, ou aqueles denominados instituidores, que é composto por associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.

Uma das exigências para as EFPC é a contratação de auditorias independentes para avaliação das demonstrações contábeis, conforme a Resolução CNPC Nº 27, de 6 de dezembro de 2017. Porém, como visto recentemente, inúmeros fundos de pensão estão envolvidos em escândalos e fraudes e perdas de ativos em valores significativos. Tal quadro levou algumas entidades a incluir unidades de auditorias internas em seus organogramas, com o objetivo de atuar no fortalecimento da governança e na melhoria dos processos da organização.

A função da auditoria interna é contínua, atua para garantir e preservar a “saúde” da organização. Para tanto, são planejados e realizados exames periódicos e sucessivos em toda a organização, com a consequente elaboração de parecer ou relatório confiável, seguro, completo. A auditoria interna tem uma visão geral da organização, autonomia de atuação, livre acesso a todas as áreas e departamentos, possui planejamentos estratégicos e operacionais, constante controle, vigilância e ajuda fornecendo dados e informações para colaborar nos processos de gestão da organização, sempre em linha com a direção empresarial.

A auditoria pode apresentar-se de diversas formas, conforme as suas características peculiares. Assim, de acordo com os fins a que se destina, a auditoria pode ser realizada para confirmar a exatidão das demonstrações contábeis, permitir melhor controle administrativo, atender exigências legais, verificar o cumprimento das obrigações fiscais, entre outros, apurar erros e fraudes, conforme citam Franco e Marra (1992, p.163).

Nas EFPC a auditoria interna atua com o objetivo principal de proteger o patrimônio dos participantes, assessorar a alta administração e contribuir para o aprimoramento e eficácia dos processos de gestão. Para cumprir seu objetivo institucional, avalia os processos e produtos da organização quanto ao grau de controle e mitigação de riscos. Muitas vezes é vista como “vilã”, entretanto, quando executada de maneira adequada, assemelha-se a uma consultoria gratuita para as áreas auditadas, e apresenta papel relevante na geração de valor para o negócio.

Como os demais profissionais, os auditores internos buscam, de forma incessante, incorporação de técnicas inovadoras para agregar ainda mais

valor aos seus trabalhos. Ferramentas automatizadas geram quantidade gigantesca de dados diariamente, requerendo instrumentos de análise capazes de permitir a organização, crítica e apreciação dos dados coletados, constituindo etapas de certa criticidade operacional para a efetividade da atividade de auditoria.

Em um mundo globalizado e com constante avanço tecnológico, cada vez mais as instituições necessitam de recursos relevantes para tomada de decisões. Dessa forma, é necessário transformar e otimizar, constantemente, os métodos de trabalho utilizados. Heath e Bizer (2011) reforçam que na atualidade estamos cercados por uma grande quantidade de dados e informação. São registros sobre o cotidiano – desempenho da educação, produção de bens e serviços, investimentos e impostos governamentais, estatísticas sobre a economia e dados sobre o consumo - que ajudam a tomar decisões e gerar conhecimento.

Segundo Machado e Jansen (2014), a pesquisa “O Universo Digital em Expansão”, da Internet das Coisas, cita que o volume de informação é o principal problema com o qual as companhias terão de lidar daqui para frente. Até 2014 foi gerado no mundo quase 1 septilhão de bits de informação — ou o número 1 seguido de 24 zeros, total similar ao de estrelas conhecidas no céu. Além disso, afirma que as informações disponíveis em formato digital equivaleriam a uma pilha de iPads Air (os mais finos) de, nada menos, que 256 mil quilômetros, ou dois terços da distância do nosso planeta até o seu satélite. No fim da década, no entanto, seriam seis pilhas e meia: 1,6 milhão de quilômetros. Se todas essas informações fossem divididas pela população conectada em 2020, haveria quase 6 mil gigabytes de carga por pessoa, e não apresenta sinais de que vai parar de aumentar. Em 2015 a humanidade acumulou em dados o equivalente a 7.9 Zettabytes de dados e esse número está dobrando a cada 2 anos, formando o mundo de “*Big Data*”.

O *Big Data* abre a possibilidade para a existência de um modelo de decisão diferente, pois permite às empresas criação de experimentos controlados para testar hipóteses que guiarão a tomada de decisão em, por exemplo, novos investimentos ou mudanças operacionais. Esse quadro possibilitará centenas ou

milhares de experimentações, podendo ensejar a possibilidade de distinção entre a simples correlação de eventos daqueles que realmente possuem uma ligação de causa e efeito (BROWN, 2011).

As EFPC estão inseridas em um ambiente regulatório rígido e exigente, e como tantas outras empresas possuem uma massa de dados grande, e que muitas vezes são inutilizadas, mas que poderiam contribuir para o melhoramento da gestão da organização se consideradas sob novos paradigmas de organização, automaticidade e análises.

Uma das maneiras de trabalhar com análise dos dados gerados é o *Business Analytics* (BA), que se refere à habilidade de utilizar dados, análises e raciocínio sistemático para conduzir a um processo de tomada de decisão mais eficiente. Utilizar a inteligência analítica significa melhorar o desempenho em domínios fundamentais do negócio usando dados e análises, que poderá propiciar elevação de desempenhos das auditorias internas das EFPC. Por meio da análise de dados é possível mensurar de forma preditiva a materialização de riscos inerentes às entidades. Além disso, deve compreender as mudanças pelas quais a organização passa a responder a essas transformações, para apoiar os níveis executivos e fortalecer a governança corporativa (DELOITTE, 2016).

O BA, que pode ser chamado de “Análise de Negócios” no idioma pátrio, é derivado do *Business Intelligence* (BI). Tal instrumento de análise é um processo para detectar e obter informações sobre o desempenho do negócio com base na análise de dados históricos. O termo foi utilizado pela primeira vez na década de 50 por Hans Peter Luhn, um pesquisador da IBM, no artigo intitulado “O *Business Intelligence System*” (ELENA, 2011). No trabalho foi proposto o desenvolvimento de um sistema automático, baseado em máquinas de processamento de dados, que indexaria e codificaria automaticamente documentos e disseminaria informações nas organizações, conforme o escopo do controle e interesse da administração.

A auditoria interna tem o papel de verificar os procedimentos, dados, controles estabelecidos pelas EFPC e provar sua veracidade, eficiência e eficácia. Para isso, é necessário um nível de confiabilidade e segurança precisos nos procedimentos de auditoria.

A utilização da tecnologia permite atingir estes níveis de segurança, com uma maior eficiência e a um custo semelhante ou inferior ao praticado em auditorias desprovidas de avanços tecnológicos. Com a utilização de BA pelas auditorias internas é possível analisar a totalidade dos dados produzidos pelas organizações, fornecer informações antes não vistas, verificar com maior exatidão a adequacidade dos registos efetuados. É possível, também, realizar análises em “tempo real” e permite realizar “previsões” sobre o futuro da organização, não só observar o passado como antes realizado nas auditorias tradicionais.

À Guisa de Conclusão

A utilização do BA pelas auditorias internas das EFPC contribui para a execução de um trabalho de qualidade, ajuda a rever os processos e resultados das áreas, para controlar a vitalidade das organizações, e cria mecanismos para identificar, corrigir falhas e traçar novas estratégias. Essa prática expande os limites dos testes das auditorias internas baseando-se em amostras para incluir grandes volumes de dados mais relevantes por meio de análises inteligentes e para entregar uma maior quantidade de evidências e *insights* de negócios. Além disso, pode-se transformar os métodos de trabalho e agregar valor para os *stakeholders*.

Dessa forma, a utilização de BA transforma e otimiza os métodos utilizados pelas auditorias internas, às tornam mais efetivas ao avaliar a eficiência e eficácia dos controles analisados, o que confere maior solidez financeira e operacional e competitividade às EFPC.

Para as Entidades como um todo, essa técnica poderá ajudar na melhoria das tomadas de decisões, otimizar os processos, melhorar a entrega de resultados, reduzir os custos e aumentar os ganhos, facilitar a prever demandas e problemas, descobrir novas tendências de negócio, dar maior embasamento nas tomadas de decisão e melhorar a inteligência competitiva dos negócios.

O conceito é complexo, e talvez por isso ainda seja pouco utilizado na maioria das entidades de previdência. Entretanto, está se tornando um assunto em alta e tem revolucionado a forma de atuação da auditoria interna. As auditorias internas de EFPC deverão se adaptar ao novo instrumento de melhoria emergente.

Referências

ARRUDA, Maria da Glória Chagas. **A previdência aberta como relação de consumo**. São Paulo: LTr, 2004.

BROWN, B; CHUI, M; MANYIKA, J. **Are you ready for the era of 'big data'?** McKinsey Global Institute. 2011.

DELLOITE. **Tendências para a auditoria interna áreas de foco e alto impacto em 2017**. 2016.

ELENA, C. (2011). Business intelligence. **Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology**, 1(2). Disponível em: <http://www.scientificpapers.org/wp-content/files/1102_Business_intelligence.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

FRANCO, H; MARRA, E. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho – programas de auditoria – relatórios de auditoria**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

HEATH T.; BIZER C. **Linked Data: Evolving the Web into a**

Global Data Space (1st edition). **Synthesis Lectures on the Semantic Web: Theory and Technology**. Morgan & Claypool Publishers, 2011.

MACHDO, André; JANSEN, Roberta (2014). Universo digital em expansão. Observatório da Imprensa. Disponível em: <[http:// observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/_ed794_universo_digital_em_expansao/](http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/_ed794_universo_digital_em_expansao/)>. Acesso em: 20 out. 2017.

Francisco Paulo do Nascimento
fpauloadm@gmail.com

Economista, doutor em educação, coordenador do curso MBA em Gestão de Previdência Privada – Fundos de Pensão do UDF.



Kamila Magalhães de Rezende

Administradora de empresa, auditora em empresa de previdência privada, especialista em previdência privada pelo UDF.



AGORA VOCÊ PODE!

CARTEIRA ESTUDANTIL CORECON-DF

Como benefício, o Corecon-DF estende a todos os estudantes credenciados do Distrito Federal todas as facilidades oferecidas aos economistas registrados.

Para obter a carteira são necessários:

- Declaração de matrícula e frequência da IES mencionando a data prevista de conclusão do curso (original e cópia);
- Documento de Identidade (original e cópia);
 - CPF (original e cópia);
 - 2 (duas) fotos 3x4;
- Comprovante de residência (original e cópia);
- Formulário de requerimento (acesse o site).

Mais Informações:

corecondf@corecondf.org.br ou pelos telefones (61) 3223-1429 / 3225-8366.

corecondf.org.br
 /corecon.df /corecondf

CORECON DF
 CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



ARTIGO

A retomada do crescimento econômico brasileiro

José Luiz Pagnussat

Introdução

A economia brasileira caminha para o sexto ano de estagnação, com as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano abaixo de 1%. A maior recessão econômica da história brasileira se iniciou em 2014, quando o PIB cresceu apenas 0,5% no ano e teve sua maior queda da história nos anos seguintes: -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016. A estagnação continuou nos anos seguintes com o baixo crescimento do PIB (1,1% ao ano) em 2017 e 2018. O cenário não se alterou para 2019 e já há projeções de um PIB minúsculo também para 2020.

O baixo crescimento brasileiro contrasta com o elevado crescimento mundial no período, acima de 3,5% a.a. Enquanto o Brasil se mantinha no vermelho, as principais economias do mundo apresentavam trajetórias consistentes de elevado crescimento, com queda acentuada do desemprego e inflação abaixo da meta. O Brasil contrasta também na condução da política econômica. Enquanto no Brasil prevaleceu o discurso das reformas para a retomada do crescimento, nas principais economias do mundo o pilar foi a política macroeconômica, com destaque para a abundância do crédito, com políticas agressivas de afrouxamento monetário (*quantitative easing*) e juros de política monetária próximos de zero. Tal política econômica impactou positivamente na demanda interna desses países e proporcionou sustentado crescimento para sair da crise mundial iniciada em 2008, com o estouro da bolha do *subprime*.

Este artigo se propõe a analisar o contexto e o impacto das mudanças que ocorreram no campo político e de reformas econômicas aprovadas no Congresso Nacional, apresentadas como “gatilho” para a retomada do crescimento brasileiro, mas que fracassaram ao longo desse período. A tese é que as reformas são necessá-

rias mas não são suficientes para destravar a Economia. A hipótese é que a economia não vai se acelerar sem medidas fortes de ativação da demanda.

O discurso do gatilho do crescimento

Ainda no governo Dilma o discurso era que o equilíbrio fiscal restauraria a confiança e a retomada do crescimento. As metas de superávits fiscais foram sendo estabelecidas cada vez mais ambiciosas, no contexto da época, e se tornaram inviáveis de serem cumpridas, levando o governo a recorrer às famosas “pedaladas fiscais” (crescentes atrasos de pagamentos do governo federal). O arrocho fiscal e a inconsistência das metas definidas ampliaram a desconfiança dos agentes econômicos e a recessão.

Com o agravamento da recessão e a forte queda do PIB em 2015 e 2016, o novo discurso, da maior parte dos agentes econômicos e políticos, foi de que era necessário o *impeachment* da presidenta Dilma e a posse de um novo governo (Temer), para restaurar a confiança e o crescimento econômico. O diagnóstico era que o governo Dilma não tinha credibilidade e nem projeto (discurso do calote eleitoral) e estava contaminado pelos esquemas de corrupção investigados pela operação Lava Jato.

O *impeachment* da presidenta Dilma ocorreu num ambiente de ampla aceitação e até de atropelos na construção dos argumentos jurídicos, relacionando as pedaladas fiscais e decretos de gestão orçamentária como crimes fiscais, contestados por muitos especialistas. Alguns diriam que até a Presidenta estava tendente a entregar o bastão. No ritmo das pedaladas fiscais, foi vista várias vezes pedalando sua bicicleta.

A expectativa era que a posse de um novo governo (Temer) seria o gatilho que restauraria a confiança dos agentes econômicos, a retomada dos investimen-

tos e do crescimento do PIB. Fez-se o impeachment, o governo Temer assumiu, **e não aconteceu a retomada do crescimento, apesar** do país ter saído do vermelho e da melhora dos indicadores de confiança dos empresários e consumidores, como se verá na próxima seção.

A economia não se acelerou, o desemprego se manteve em níveis historicamente altos e o governo Temer buscou um novo gatilho milagroso para a retomada do crescimento: a PEC do Teto dos Gastos, com limite estabelecido em relação aos níveis de gasto de então, corrigidos pela inflação ao longo dos anos. Todas as projeções indicavam forte redução do gasto em proporção do PIB nos anos seguintes. Cenário inconsistente com a conjuntura brasileira, em que a sociedade sofria o flagelo da recessão e as regras constitucionais impunham um orçamento obrigatório elevado e crescente, ao mesmo tempo que o Congresso Nacional aprovava medidas que ampliavam o gasto obrigatório.

A expectativa do governo Temer era que com o teto de gastos como norma constitucional, restauraria a confiança do setor produtivo e a retomada do crescimento econômico. O teto era também uma resposta aos empresários de forma a justificar as metas fiscais de então, com déficits generosos. O diagnóstico era que o desequilíbrio fiscal e a aceleração do crescimento da dívida pública, tida como insustentável, inibia o setor produtivo. Os empresários não votariam a investir num cenário de expectativas de aumentos de impostos para cobrir os rombos fiscais. Hipótese reforçada pela campanha da FIESP contra o aumento de impostos, que teve a adesão de setores da indústria, agricultura e comércio e se popularizou com a distribuição de patinhos amarelos, a partir do final de 2015, com o lema **“não vou pagar o pato”** ou “chega de pagar o pato”.

O teto do gasto foi aprovado, mas a confiança não foi restaurada e a economia continuou estagnada. O discurso do governo Temer passou a ser então o da necessidade das reformas, começando pela previdenciária, mas a intenção de se transformar em governo reformista foi atropelada por sucessivos escândalos no âmbito da operação lava jato e pela agenda eleitoral, que dificulta a construção de maioria para aprovação de reformas constitucionais pouco populares, mesmo que necessárias.

Nova esperança veio com a eleição de um novo

governo, ungido pelas urnas, com credibilidade restauraria a confiança e a retomada da economia. Para muitos Economistas a eleição e posse de um novo governo seria suficiente para a volta dos investimentos. O presidente Bolsonaro foi eleito, os indicadores de confiança melhoraram fortemente de início, mas após a posse voltaram a cair e a economia continua estagnada, com as previsões de crescimento para 2019 e 2020 despenhando.

Ressurge, então, o discurso das reformas como gatilho para a retomada do crescimento, apesar do esforço de autoridades econômicas de desmistificar o fato, reiterando que as reformas, em especial a da previdências, são condição necessária mas não suficientes para a retomada sustentada do crescimento econômico brasileiro.

No ambiente político e midiático, a reforma da previdência é alardeada como o gatilho para a retomada do crescimento. Mas, apesar da reforma ser importante para a busca do equilíbrio fiscal, certamente terá pequeno impacto no crescimento do PIB.

Os dados do pessimismo

O longo período de pessimismo generalizado dos agentes econômicos brasileiros ainda não foi superado. Os indicadores de confiança da indústria, serviços, comércio, construção e consumidores não ultrapassaram a linha divisória entre o pessimismo e o otimismo, pelos indicadores medidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgados em julho desta ano.

O Brasil entrou na zona do pessimismo no final de 2013, apresentou forte piora desses indicadores nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, período eleitoral e primeiro ano do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Ao final de 2015, registraram-se os maiores índices de pessimismo da história brasileira.

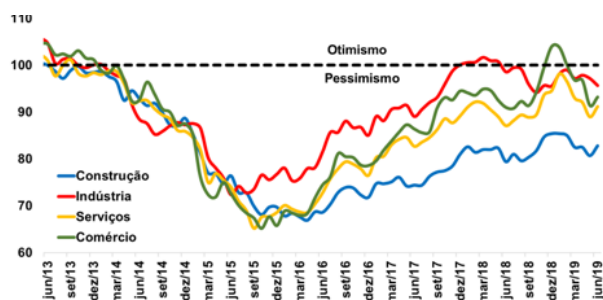
A confiança dos empresários começa a melhorar a partir de maio de 2016, com a instauração do processo de impeachment e o afastamento do cargo da Presidenta Dilma (12 de maio de 2016). Mas o ritmo desacelerou a partir de agosto, após a cassação, em definitivo, do mandato presidencial e a posse de Michel Temer (31 de agosto de 2016). A tendência de melhora na confiança do empresariado se estende até o final de 2017, mas sem o país sair da zona de pessimismo. Registra-se,

ainda, que a aprovação e promulgação da PEC do Teto dos Gastos, pelo Congresso Nacional, em 15 de dezembro de 2016, não provocou alteração significativa na tendência desses índices de confiança.

A tendência de melhora da confiança não se mantém no ano de 2018, que se mostra instável e relativamente estagnada, dado o ano eleitoral e os sucessivos escândalos no âmbito da operação lava jato, envolvendo pessoas próximas ao presidente, além do próprio. Volta a melhorar com a eleição de Bolsonaro, mas inverte a tendência após a posse e cai fortemente neste primeiro semestre de 2019. Em síntese, os sucessivos gatilhos não foram eficazes para tirar o empresariado do pessimismo e proporcionar a retomada do crescimento econômico brasileiro.

O Gráfico 1 mostra a evolução dos principais indicadores de confiança dos empresários, medidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), para o período de junho de 2013 a junho de 2019. Esses indicadores refletem a percepção dos empresários sobre as tendências de curto prazo do seu ambiente de negócios e indicam mudanças de comportamento dos respectivos setores. Observa-se que todos os índices se encontravam abaixo dos 100 pontos, na região de pessimismo, em junho de 2019. A média desses 4 índices estava em 92,6 pontos, em junho de 2019, na série ajustada sazonalmente. Essa média compõe o Índice de Confiança Empresarial (ICE), também divulgado pela FGV.

Gráfico 1 – Índice de Confiança do Empresário (com ajuste sazonal)



Fonte: FGV. Elaboração Fiesp (Macro Visão nº 2654, de 02/07/19), adaptado pelo autor.

Entre os segmentos do empresariado, o melhor resultado, em junho de 2019, foi o da Indústria, com o Índice de Confiança da Indústria (ICI) em 95,7 pontos. O ICI é composto de seis quesitos: nível de demanda (interna e externa), estoques, situação atual dos negócios

e expectativas sobre produção (3 meses), emprego (3 meses) e situação dos negócios (6 meses).

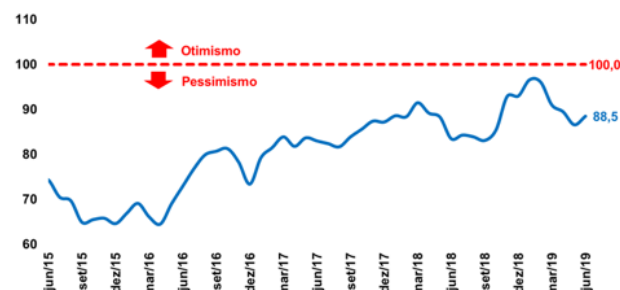
O Índice de Confiança do Comércio (ICOM) estava em 93,2 pontos, em junho, e o Índice de Confiança dos Serviços (ICS) em 91,2 pontos. Esses dois índices são a síntese de quatro quesitos: volume de demanda atual, situação atual dos negócios e expectativas sobre volume de demanda (3 meses) e situação dos negócios (6 meses).

O pior resultado de junho de 2019 foi o do Índice de Confiança da Construção (ICST), 82,8 pontos. O ICST reflete quatro quesitos: situação atual dos negócios, carteira de contratos, expectativas de demanda (3 meses) e em relação à evolução da situação dos negócios da empresa (6 meses).

Cabe ressaltar ainda que ao permanecer abaixo da linha dos 100 pontos, os indicadores de confiança da Indústria, Comércio, Serviços e Construção revelam o pessimismo dos empresários.

Os consumidores também se mantêm com elevado pessimismo, desde o início de 2014, e acompanham a tendência dos indicadores de confiança dos empresários. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) era de 88,5 pontos, em junho de 2019. O ICC procura captar o sentimento do consumidor em relação ao estado geral da economia e de suas finanças pessoais, mercado de trabalho e intenções de compras de bens de alto valor. O Gráfico 2 apresenta a evolução do ICC entre junho de 2015 e junho de 2019.

Gráfico 2 – Índice de Confiança do Consumidor (com ajuste sazonal)



Fonte: FGV. Elaboração Fiesp (Macro Visão nº 2649, de 25/06/19), adaptado pelo autor.

Observa-se pelo Gráfico 2 que a confiança dos consumidores inicia uma forte melhora com o afastamento da Presidenta Dilma, em maio de 2016, com instauração do processo de impeachment. Mas se inverte com a posse de Michel Temer, em agosto de 2016, e volta a melhorar, em dezembro de 2016, com a aprovação e promulgação da PEC do Teto dos Gastos, pelo Congresso Nacional, sem sair da zona de pessimismo. Nova melhora na confiança dos consumidores ocorre com a eleição de Bolsonaro. Entretanto, como ocorreu com os empresários, os consumidores voltaram a aumentar seu pessimismo neste primeiro semestre de 2019.

Os dados da estagnação

Os dados da economia brasileira, apresentados na Tabela 1, mostram que a recessão alcançou a maioria dos setores desde 2014, com forte queda em 2015 e 2016 e continua patinando nos anos seguintes na tentativa de retomada do crescimento. A exceção é a agropecuária que tem sua dinâmica própria e é mais afetada pelo comportamento do clima e da demanda internacional.

A indústria e o setor serviços não recuperaram o primeiro degrau da retração de 2015 e 2016. A indústria caiu mais de 12 pontos percentuais entre 2014 e 2017 e só recuperou 0,6% em 2018. Entre os subsetores da indústria o único que alcançou resultado positivo nesse período foi dos serviços de utilidade pública (SIUP). O pior resultado é o da construção civil que caiu mais de 30% e ainda não iniciou sua recuperação. A indústria de transformação também apresentou resultados muito ruins, entre 2014 e 2016, com queda de mais de 20% e sua recuperação foi muito tímida nos últimos dois anos, em torno de 3% e as projeções não são boas para 2019. A indústria extrativa alternou resultados positivos e negativos no período, influenciada pela dinâmica da demanda internacional.

Os dados do PIB do setor serviços mostram redução de 2,7%, em 2015, e 2,3%, em 2016, e mantêm-se relativamente estagnado nos últimos dois anos.

Tabela 1 – Indicadores selecionados da Economia Brasileira - 2009 a 2020.

Indicadores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*
PIB (%)	-0,1	7,5	3,9	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3	5,1	1,1	0,8	2,2
Agropecuária (%)	-3,8	6,8	5,6	-3,1	8,4	2,8	3,3	-9,2	12,5	0,1	1,0	2,0
Indústria (%)	-4,6	10,4	4,1	-0,7	2,2	-1,5	-5,8	-4,6	-0,5	0,6	0,7	2,3
Extrativa Mineral (%)	-2,1	14,9	3,5	-1,9	-3,2	9,1	5,7	-1,2	4,2	1,0	—	—
Transformação (%)	-9,3	9,2	2,2	-2,4	3,0	-4,7	-8,5	-4,8	1,7	1,3	—	—
Construção Civil (%)	7,0	13,1	8,2	3,2	4,5	-2,1	-9,0	-10,0	-7,5	-2,5	—	—
SIUP (%)	0,7	6,3	5,6	0,7	1,6	-1,9	-0,4	6,5	1,0	2,3	—	—
Serviços (%)	1,9	5,8	3,5	2,9	2,8	1,0	-2,7	-2,3	0,5	1,3	1,4	2,2
DEMANDA (%)												
Consumo Famílias	4,2	6,4	4,8	3,5	3,5	2,3	-3,2	-3,8	1,4	1,9	1,3	2,5
Consumo Governo	2,9	3,9	2,2	2,3	1,5	0,8	-1,4	0,2	-0,9	0,0	0,0	0,4
Investimento (FBKF)	-1,9	17,8	6,8	0,8	5,8	-4,2	-13,9	-12,1	-2,5	4,1	3,0	5,5
Exportações	-9,2	11,7	4,8	0,3	2,4	-1,1	6,8	0,9	5,2	4,1	3,0	4,0
Importações	-7,6	33,6	9,4	0,7	7,2	-1,9	-14,2	-10,3	5,0	8,5	6,5	6,0

Outros indicadores												
Prod. Industrial - PIM (%)	-7,1	10,2	0,4	-2,3	2,1	-3,0	-8,2	-6,4	2,5	1,1	0,6	2,5
Comércio - PMC (%)	5,9	10,9	6,7	8,4	4,3	2,2	-4,3	-6,2	2,1	2,3	2,0	3,2
Desemprego médio (%)	8,6	8,3	7,6	7,3	7,1	6,8	8,5	11,5	12,7	12,3	12,9	12,8
Desemprego (fp) (%)	—	—	—	7,4	6,8	7,1	9,6	12,7	12,4	12,2	12,6	12,8
IPCA - Ibrge (%)	4,3	5,9	6,5	5,8	5,9	6,4	10,7	6,3	2,9	3,7	3,8	3,9
DBSP (% PIB)	59,2	51,8	51,3	53,7	51,5	56,3	65,5	69,9	74,0	76,7	77,8	79,4
DLSP (% PIB)	40,9	38,0	34,5	32,3	30,6	32,6	35,6	46,2	51,6	54,1	55,2	56,8
Selic - final do ano (%)	8,75	10,7	11,0	7,25	10,0	11,7	14,2	13,7	7,00	6,50	5,50	5,50
Bal. comercial (US\$ bl.)	25,0	18,5	27,6	17,4	0,4	-6,6	17,7	45,0	64,0	53,6	51,5	47,1
IED (US\$ bilhões)	31,5	86,5	101,2	86,6	69,2	96,9	75,1	78,9	70,0	88,3	100,0	93,7

Fonte: Ibrge, Banco Central, Fiesp, Itau, Bradesco. Adaptado pelo autor (* projeções)

Os dados do PIB pelo lado da demanda mostram forte queda no consumo das famílias em 2015 (-3,2%) e em 2016 (-3,8%) e se mantem com baixo crescimento nos demais anos do período recessivo. O consumo do governo se manteve estagnado no período recessivo, com pequenas oscilações, negativas e positivas, e saldo negativo. O investimento (FBKF) foi o que mais caiu no período recessivo, queda de mais de 35% entre 2014 e 2017. Em 2018, apresentou pequeno crescimento e mantém o cenário para 2019 e 2020. Em síntese, os dados mostram que as mudanças na arena política e as reformas implementadas não foram eficazes para que a economia saísse da sua mais intensa, disseminada e longa recessão da história brasileira.

Reformas e estímulos de demanda para crescer

As reformas tão alardeadas nos anos recentes são necessárias, não só para ajudar no equilíbrio das contas públicas, como no caso da previdência, que é o principal gasto do governo; mas também para reduzir os privilégios, melhorar a justiça tributária e fiscal e proporcionar maior eficiência econômica.

A questão fiscal é o principal gargalo conjuntural brasileiro. O desequilíbrio fiscal é o único fundamento macroeconômico que gera forte desconfiança nos agentes econômicos. As contas externas estão superavitárias, com o saldo comercial positivo (US\$ 53,6 bilhões, em 2018) e elevado Investimento Estrangeiro Direto (US\$ 88,3 bilhões). Os fundamentos monetários também estão consistentes, com a inflação abaixo do centro da meta (3,7% em 2018) e a taxa de juros de política monetária (Selic) é a menor da história brasileira (6,5% ao ano).

Neste sentido, o problema do elevado desequilíbrio da previdência e a trajetória de crescimento natural da despesa com benefícios, reforça a importância dessa reforma. Pode-se dizer que é consensual a necessidade da reforma ou ajustes na previdência. Certamente a maioria dos Economistas, com olhares diferenciados, identificam à necessidade de uma reforma na previdência social brasileira. É claro que, cada economista tem suas ideias e ênfases na sua proposta de reforma e certamente, para alguns, pode não ser a reforma em pauta a que gostariam ver aprovada.

A reforma da previdência é importante e necessária, mas não é suficiente para destravar a Economia. Assim como a reforma tributária é fundamental; a reforma do Estado, no sentido da desburocratização e melhoria do ambiente de negócios; a reforma do sistema financeiro e bancário, entre outras reformas já alardeadas pelas autoridades econômicas nos últimos anos. Como já foi destacado, as reformas não devem se pautar apenas pelo problema fiscal. Na verdade, o Brasil precisa mais do que reformas “burocráticas”, precisa de uma reinvenção do Estado, reformas criativas e inovadoras, para transformar as burocracias públicas em governos empreendedores, produtivos e eficientes. Parafraseando Osborne e Gaebler (1992) no livro “Reinventando o Governo”, em que sugerem uma grande reforma da máquina administrativa governamental americana.

Registra-se que, David Osborne foi o principal idealizador do mais importante programa do governo Clinton, o National Performance Review, coordenado pelo vice-presidente Al Gore e implementado sob quatro princípios básicos: redução da papelada desnecessária, a partir do incremento do uso de meios eletrônicos; priorização das necessidades e exigências dos cidadãos; atribuição de maior poder aos funcionários

(empowerment), na ponta, para tomada de decisões; e otimização da ação governamental, produzir mais a menor custo.

O Brasil não evoluiu nesse campo, continua com um dos piores ambientes de negócio do mundo, conforme revela, anualmente, o relatório Doing Business do Banco Mundial. O Estado brasileiro não é apenas burocrático, no sentido do regramento excessivo dos processos e ações para neutralizar os riscos de desvios de conduta. As ações de grande parte da burocracia não têm nenhuma preocupação com a economicidade e muito pouco com os resultados e com a eficiência, eficácia e efetividade. Não há avaliação custo benefício das ações, mas apenas o interesse dos “grupos” e gestores de plantão. Prevalece os caçadores de renda (rent seeking). O corpo burocrático do Estado é gerador de ineficiência insulada, a regulação pela regulação, a norma pela norma, sem nenhum objetivo finalístico consistente, que propicie resultados para a sociedade. O discurso alardeado da inovação, se caracteriza por uma pseudo inovação que aumenta custos sem melhorar os benefícios.

Há muito o que fazer nesse campo e o governo já tem iniciativas importantes nessa linha, com a determinação de Avaliação de Impacto Regulatório (AIR), que inclui a avaliação custo benefício e custo efetividade, para todas as centenas de milhares de normas que afligem a sociedade brasileira. Outra iniciativa importante é a determinação de Avaliação Ex-Ante e Ex-post das ações governamentais, já em fase inicial para os subsídios e gasto direto. Tais iniciativas são estratégicas, assim como as reformas propostas, mas é provável que a economia não vai se acelerar sem medidas fortes de ativação da demanda, como ocorreu na maioria das economias que tiveram sucesso para sair da crise econômica mundial.

A hipótese é que a melhora do desempenho econômico vai ser residual, no curto prazo, sem estímulos de demanda, e a economia vai continuar patinando na sua tentativa de retomada do crescimento.

A demanda interna está travada nas suas três componentes (C+I+G): consumo das famílias (C), investimentos (I) e gastos do governo (G).

O consumo das famílias (C) é impactado pelo elevado desemprego e o pessimismo dos consumidores.

A taxa de desocupação para o mês de maio de 2019 foi de 12,3% e a taxa de subutilização da força de trabalho em 25% (28,5 milhões de pessoas). Os dados divulgados pela Pnad Contínua do Ibge, em 28 de junho de 2019, mostram ainda mais de 13 milhões de brasileiros desocupados, além de outros 4,9 milhões de pessoas desalentadas (desempregados que não procuraram trabalho por desalento) e 7,2 milhões de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas. Ressalta-se ainda que 11,4 milhões de pessoas, na categoria dos empregados no setor privado, eram trabalhadores sem carteira de trabalho. Em síntese, com os trabalhadores ainda pessimistas e com queda na renda familiar, dado o elevado desemprego, desalentados e trabalho precário; não serão as reformas que ativarão o consumo das famílias, mas sim medidas de estímulo de demanda.

Do lado dos empresários, os investimentos (I) estão em níveis historicamente baixos e não tem espaço para retomada no curto prazo, dada a elevada capacidade ociosa da indústria e as altas taxas de juros para o setor produtivo. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), de maio de 2019, era de 78,1% e a taxa de juros média para pessoas jurídicas estava em 15,7% ao ano e 31,5% ao ano para pessoa física. Os saldos do crédito do sistema financeiro para pessoas jurídicas caiu fortemente nos últimos 5 anos, de R\$ 1.707,2 bilhões, em dezembro de 2015, para R\$ 1.424,7 bilhões, em maio de 2019, conforme dados do Banco Central.

A demanda do governo (G) vai continuar em retração dado o elevado desequilíbrio fiscal e de endividamento público, além do viés privatizante do novo governo.

Sem espaço na política fiscal, a política monetária e de crédito se constituem nos principais instrumentos para ativação da demanda interna. Para alguns economistas há espaço para uma forte redução da taxa de juros e ampliação do crédito, com afrouxamento monetário (*quantitative easing*) como ocorreu na maioria dos países para ativar a demanda interna e sair da crise econômica mundial instalada a partir de 2008.

De outro lado, a demanda externa (X-M) vem apresentando números positivos neste século XXI, muito em razão do crescimento da demanda chinesa, mas tem um cenário de risco elevado com a guerra co-

mercial entre os EUA e China e o aumento do protecionismo mundial, além de uma redução do crescimento global.

A ampliação e diversificação dos mercados é um caminho necessário. A abertura responsável da economia, a desburocratização e desoneração tributária, aliada à busca de novos mercados externos com acordos bilaterais e multilaterais têm um grande potencial para o crescimento da demanda externa dos produtos brasileiros. A política comercial e cambial brasileira historicamente favoreceram o mercado interno, em nome da proteção de setores industriais e do consumidor nacional. O discurso é ainda desinformado no tocante a defesa controversa de exportações de produtos manufaturados em relação aos produtos primários. Hoje tem mais tecnologias e serviços especializados no agronegócio do que na maioria dos setores industriais, ainda decantados como de tecnologia de ponta. É verdade que a indústria brasileira tem um custo fora da fábrica que reduz fortemente a competitividade do setor no mercado internacional. É o custo da burocracia, dos impostos, dos juros altos e do câmbio defasado e instável, que representa risco para o setor. É necessário avançar nesse tema, inclusive não deve ser descartada uma intervenção no câmbio, para manter estabilidade e um câmbio suficientemente desvalorizado para dar dinamismo para o setor exportador brasileiro.

Neste contexto, um fato novo e importante para o crescimento das exportações brasileiras, em especial do agronegócio, é o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, que apesar de ter ainda um longo caminho para a ratificação do acordo pelos países, além da tendência de utilização de salvaguardas e de medidas protecionistas disfarçadas por muitos países, certamente trará impacto positivo, no curto e longo prazo, para o setor externo brasileiro.

O Brasil precisa ficar atento ao protecionismo disfarçado, como os relacionados com a questão ambiental e trabalhista, além da tendência de uso abusivo do “princípio de precaução”, relacionados com questões fitossanitárias e práticas de cultivo, como no caso do glifosato, um dos principais defensivos utilizados na produção de grãos, já anunciado pelo governo da Áustria.

Enfim a expectativa é que o Acordo Mercosul-UE afete positivamente no crescimento brasileiro pelo

lado da demanda externa, dada as vantagens competitivas da maiorias dos setores da economia brasileira e do potencial de recuperação desse grande mercado, que, nos últimos 20 anos, teve forte redução na sua participação nas exportações brasileiras. Caiu 12 pontos percentuais, passando de 29,6%, em 1999, para 17,6%, em 2018.

Em síntese, o Brasil tem bons fundamentos econômicos, exceção na área fiscal, e apresenta todas as condições para acelerar o crescimento do PIB e a geração de empregos, mas é necessário destravar a economia, com taxa de juros de país civilizado e política monetária que proporcione crédito com juros próximos aos praticados no resto do mundo. Está na hora de nos alinharmos com a campanha da FIESP “chega de engolir sapo”, lançada em março de 2018, para protestar contra os juros altos. Tais campanhas tem um papel importante para colocar na agenda, desmistificar a “caixa preta” e clarear as soluções adequadas, para esse que o grande freio da economia brasileira.

O crescimento econômico é o único caminho para a geração de empregos e a reversão sustentada da crise fiscal que assola o País. Com maior produção e emprego, cresce a arrecadação tributárias e reduz a pressão sobre o setor público por mais gastos assistenciais. O País precisa das reformas mas precisa também mudar o modelo econômico e acelerar o crescimento da produção.

Bibliografia

FIESP, Macro Visão, **Informativo eletrônico** (várias edições). São Paulo: Fiesp-Ciesp, 2019.

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília: ENAP e MH Comunicação, 1992, 436 p.

PAGNUSSAT, José Luiz. “O Brasil e o fim da crise econômica mundial”. **Revista de Conjuntura**, Ano XVII, Nº 60, maio/agosto de 2017. Brasília: CORECON/DF. pp. 35-42.

PAGNUSSAT, José Luiz. Teto do Gasto Federal. **Revista de Conjuntura**, Ano XV, nº 58, maio/agosto de 2016. Brasília: CORECON/DF. pp. 58-51.

PAGNUSSAT, José Luiz. A Crise Econômica Brasileira de 2015 e 2016. **Revista de Conjuntura**, Ano XIV, nº 57, setembro/dezembro de 2015 janeiro/abril de 2016. Brasília: CORECON/DF, pp. 45-50.

World Bank, **Doing Business 2019 - Training for Reform**, 16ª edição. Washington DC, outubro de 2018. Disponível em: <https://portugues.doingbusiness.org/>

José Luiz Pagnussat
jose.pagnussat@enap.gov.br

Economista, professor universitário há 30 anos, atualmente na ENAP e UDF. Foi presidente dos Conselhos Regional e Federal de Economia e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE



Curso

Avaliação Econômico-Financeira de Alternativas de Investimentos



27 e 28 de setembro e 4 e 5 de outubro



18 às 22h (sexta-feira) | 9 às 12h e 13 às 18h (sábado)



Book review

A Compendium of Italian Economists at Oxbridge: Contributions to the Evolution of Economic Thinking

Joanilio Rodolpho Teixeira

Maio/Dezembro 2018
Janeiro/Agosto 2019

43

A Compendium of Italian Economists at Oxbridge: Contributions to the Evolution of Economic Thinking by Mauro Baranzini and Amalia Mirante. Library of Congress Control, number 2016950016, ISBN 978-3-319-32218-6. Palgrave/Macmillan, 2016, Hardcover, Pp. xii, 288. US\$ 129 (list price).

This book may well be described as an attempt to appraise the success of Italian economists and researchers who proceeded to MSc/PhD at the University of Cambridge and Oxford (thus Oxbridge) in the second half of the last century (1950 to about 1990-95). Their works and degrees has been noted for being associated with outstanding scholars such as Richard Kahn, Piero Sraffa, John Hicks, Richard Stone, Nicholas Kaldor, Joan Robinson, Richard Goodwin, James Meade, David Champernowne, Maurice Dobb, James Mirrlees, Geoffrey Harcourt, and some other fine scholars.

The book could also be considered an important and extensive bibliography and painstaking cross-indexing of Italian economists and contemporary surveys of subjects. Perhaps, Mauro Baranzini and Amalia Mirante accomplished more than such objectives, since they guide the reader to what are indeed important theoretical, empirical and institutional issues.

The book provides a detailed list of almost five decades of efforts made by three generations of Italian economists who came to Oxbridge and whose scientific works has been significant contributions to the advancement of research programmes and lines of economic thinking. It traces the influence of Oxbridge in terms of: i) the evolution of economic thought; ii) the

promotion of key controversies on technical progress (on capital theory, on income and wealth distribution, and on the inter-generational transmission of income) and iii) the flow and counter-flow of scholars to Italy and Oxbridge, invigorating research and lecturing till nowadays.

Within this book are many valuable insights on the benefits of academic integration. A number of Italian economists have held official and non-official affiliation in Oxbridge, involving the circulation and cross-fertilization of ideas among schools (or streams) of economic thought. The list of Italian outstanding scholars is headed by Luigi Pasinetti who may well be considered the “senior heir” of the post-Keynesian school. He proposed new analytical techniques and has a message to transmit that should not be neglected by either orthodox economists or those critical of the way the subject is developing, or perhaps failing to develop.

Many other fellows include Pierlangelo Garangani, Roberto Scazzieri, Mauro Baranzini, Alberto Quadro Curzio, Pier Luigi Porta, Neri Salvadori, Ferdinando Meacci, Alexandro Roncaglia, Joseph Halevi, Claudio Sardoni and many others whose academic activities “literally exploded” in such a way that Oxbridge lecturers and researchers are often celebrated internationally at the forefront of academic, political and administrative activities.

In the last few decades there has been an invigorating flow of returning Italian economists teaching at Oxbridge, “but also an important flow of non-Italian Oxbridge dons who moved permanently to Italian universities. Among the latter are Richard Goodwin, Frank Hahn, Michio Morishima, Amit

Bhaduri, (...) Jan Kregel. Their arrival in Italy has further enriched the research and teaching strength of Italian universities". I am persuaded on the positive significance that can be attached to this insightful cooperation helping to develop a proper background and the literature dissemination on themes such as Neo-Ricardian School, Post-Keynesian Analysis, Production Theory to Structural Change, Economic Dynamics, Institutional Socioeconomic, etc.

The book contains a number of typographical errors and some omissions. For instance, it does not contemplate the contributions of Michal Kalecki, one of the greatest economists of last century. He never was the formal supervisor of Italian research students either at Cambridge and Oxford, but he influenced some of their works, especially during his stay at the Institute of Economics and Statistics in Oxford. Also, on the Pasinetti's classical/Keynesian formulation to economic analysis the present book fails to mention that such framework is not affected by the main theoretical results and criticisms of the Cambridge Capital Theory controversies, because there is no presumption in this/his approach that prices of commodities and services of factors of production have to be indexes of

scarcity. Furthermore, his various aggregations are not concerned with capital as such, but with labour, so that no unit independent of distribution and prices in which to measure capital is involved. This is an important point to raise in any survey on the theme.

However, these troubles do not detract the reader from what is otherwise a very stimulating and penetrating analysis of Oxbridge/Italy cooperation. This is: "a must-read for all those interested in the way Italian and British research has shaped the study and teaching of economics". This is a lesson to teach to many countries and institutions.

Joanilio Rodolpho Teixeira
Emeritus Professor

World Academy of Art and Science.



 **XXIV PRÊMIO
TESOURO NACIONAL
2019**

Concurso de
Monografias em
**Finanças
Públicas**

**Inscrições
prorrogadas
até 15/09/2019**

Não deixe de completar sua inscrição

Patrocínio



Realização



Idealização



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



XXV Prêmio Corecon-DF de Monografia em Economia – 2018

1º lugar

Impacto dos investimentos sobre o valor de fretes rodoviários e ferroviários.

Pseudônimo: Edgar Afonso

Nome completo: Eduardo Dornelas Munhoz (UnB)

Orientadora: Geovana Lorena Bertussi

Resumo

O trabalho propõe, a partir de dados em painel, o estudo dos efeitos de investimentos sobre o valor de fretes rodoviários e ferroviários a partir do controle de variáveis de custo e de demanda no período de 2013 a 2016 (rodoviário) e 2013 a 2017 (ferroviário). Os resultados encontrados indicam que (i) os investimentos públicos possuem impactos negativos e significantes no valor de fretes rodoviários; (ii) os investimentos públicos não possuem impactos significantes (por mais que negativos) no valor do frete ferroviário; (iii) os investimentos privados possuem impacto negativo e significativo sobre o valor do frete ferroviário. Devido à falta de dados, não foi possível auferir o impacto do investimento privado no transporte rodoviário.

2º lugar

Regime de metas de inflação e credibilidade: uma avaliação para o Brasil entre 2001-2018

Pseudônimo: Chandler Bing

Nome completo: Matheus Biângulo Pacheco (UnB)

Orientadora: Marina Delmondes de Carvalho Rossi

Resumo

O presente estudo analisa a relação entre inflação e credibilidade sob o espectro do regime de metas de inflação, de modo a contribuir para o debate sobre o modus operandi e os resultados desse modelo de política monetária, desde os primeiros anos de sua adoção no Brasil. O intuito é avaliar a credibilidade, tendo como principal variável explicativa as expectativas de inflação. Para tanto, aplica-se o modelo econométrico desenvolvido por Mariscal, Powell e Tavella (2014)

para o período 2001-2018. As estimações fazem uso dos métodos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e de janela móvel (rolling moving time window). Como resultado, aponta-se que, apesar de não ser observada uma completa ancoragem das expectativas para todo o período analisado, a resposta do choque inflacionário é relativamente pequena e decrescente ao longo do tempo. Os resultados vão ao encontro do fato estilizado segundo o qual a credibilidade da autoridade monetária responde em grande parte pelo sucesso do regime de metas de inflação.

Palavras-chaves: Regime de Metas de Inflação, Credibilidade, Política Monetária, Janela Móvel

3º lugar

Aplicação do modelo IS-CP-RM à Economia Brasileira (2011/2017)

Pseudônimo: Simone Beauvoir

Nome completo: Raquel Mesquita Almeida (UnB)

Orientador: Nelson Barbosa

Resumo

A fim de ampliar o entendimento sobre a conjuntura macroeconômica recente, foi estimado o Modelo de Três Equações (IS-CP-RM) para a economia brasileira (2011-2017) por meio de um Vetor Autorregressivo (VAR). Antes da estimação, foram apresentadas proxies para as variáveis do modelo, sendo elas analisadas gráfica e descritivamente. A partir dessa estimação, foram dados quatro choques no modelo: sobre o câmbio real, sobre os preços monitorados, sobre o hiato do produto e sobre o risco-país. Os resultados dos choques foram apresentados na forma de gráficos de impulsos-respostas. Posteriormente, as respostas estimadas foram comparadas às séries de dados da economia brasileira. Essa comparação permitiu identificar choques relevantes para explicar o cenário macroeconômico atual.

Palavra-chave: Política monetária brasileira. VAR. Modelo IS-CP-RM.

1ª Menção Honrosa

A grande recessão da economia brasileira e o profit-squeeze

Pseudônimo: Ordelino dos Santos

Nome completo: Matheus Rovere (UnB)

Orientador: José Luis Oreiro

Resumo

Este trabalho buscou explicar a crise econômica brasileira vivenciada de 2014 a 2017 como consequência de um profit-squeeze, ou seja, de um esmagamento de lucros. Foi utilizado como embasamento teórico um modelo neo-Kaleckiano com competição internacional e mobilidade de capitais, baseando-se em Robert Blecker. Fazendo uso deste modelo, definimos sob que condições encontramos um resultado aceleracionista, no qual uma queda na participação dos lucros na renda nacional provoca uma queda no grau de utilização da capacidade da produtiva, na taxa de lucro e na taxa de crescimento do capital, gerando um esmagamento de lucros. Após a derivação deste modelo, foi apresentado um breve histórico da economia brasileira a partir de 2010 e os dados empíricos que corroboram com a hipótese de esmagamento de lucros como causa da crise econômica. Como conclusão, dentre os fatores que causaram a crise, temos um cenário de redução da rentabilidade das empresas e da retenção de lucros, descolamento entre salário real e produtividade, apreciação cambial e aumento de custos de produção. Ainda, quanto aos fatores que aprofundaram a crise, temos o ajuste fiscal realizado em 2015 e o aumento do risco-país devido à deterioração do cenário interno brasileiro.

Palavras-chave: Recessão. Economia brasileira. Profit-squeeze. Esmagamento de lucros.

2ª Menção Honrosa

A influência das amenidades no mercado imobiliário do DF

Pseudônimo: Cidade Livre

Nome completo: Sarah Schroeder da Silva (UCB)

Orientador: Philipp Ehrl

Resumo

Este trabalho tem por objetivo fornecer as estimativas da influência das amenidades urbanas sobre o valor de aluguel dos imóveis no Distrito Federal. A metodologia utilizada é o modelo de preços hedônicos proposto por Rosen (1974), que implica na estimação de uma função preço, em que o preço de aluguel é a variável dependente e as amenidades associadas a ele são as variáveis independentes. Os dados deste trabalho são em corte transversal e foram obtidos através do CENSO do ano de 2010, além de outras fontes do Governo do Distrito Federal. Como estratégia econômica foi feita uma regressão linear múltipla em que os coeficientes foram estimados através do método de mínimos quadrados ordinários. As evidências indicam que as amenidades referentes às características estruturais dos imóveis são importantes na formação dos preços, assim como a distância do Plano Piloto, de forma negativa. Além disso, constatou-se que os moradores com maior nível de instrução pagam mais no valor do aluguel, dadas as características dos imóveis e suas amenidades. Verificou-se também que as pessoas pagam mais no valor do aluguel para viverem perto do trabalho, a fim de minimizarem o tempo gasto no trânsito diariamente.

Palavras-chave: Preços hedônicos, amenidades, corte transversal, Distrito Federal.

Comissão Julgadora

José Fernando Cosentino Tavares

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

Marco Aurélio Bittencourt

Bernardo Mueller

PARABÉNS: 13/08 É DIA DO ECONOMISTA. UMA HOMENAGEM DA QUALICORP NESSA DATA ESPECIAL.

A Qualicorp, em parceria
com o **CORECON-DF**, valoriza
e parabeniza você, profissional.

Confira algumas condições
especiais que reservamos
para sua categoria.

Ligue **0800 799 2002**



Siga a Qualicorp



Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 417173

Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde, bem como a disponibilidade para cada entidade de classe. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Agosto/2019 - DF.